



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

[www.camarasantabranca.sp.gov.br](http://www.camarasantabranca.sp.gov.br)

= MATÉRIA PARA A ORDEM DO DIA =

SESSÃO :- 147ª SESSÃO ORDINÁRIA - 18ª LEGISLATURA.

DATA :- 18 DE NOVEMBRO DE 2024.

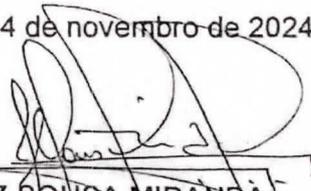
HORÁRIO:- 19h.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA, em conformidade com os artigos 18, inciso II, alínea "j" e 112, todos do Regimento Interno desta Casa, comunica aos demais Vereadores, que a Ordem do Dia da sessão acima citada é a seguinte:

1. **Requerimento nº 154/2024**, de autoria dos Vereadores Francisco de Assis Nunes da Silva e João Batista de Almeida Junior, no sentido de serem informados, pelo Sr. Prefeito, sobre o Programa de Castração de Animais no Município.

2. **Requerimento nº 155/2024**, de autoria do Vereador Juan Jimenez Jurado Junior, buscando informações, junto ao Sr. Prefeito, a respeito do transporte dos pacientes, pela Secretaria da Saúde.

Santa Branca, 14 de novembro de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
JORGE LUIZ SOUSA MIRANDA  
PRESIDENTE



*Livro nº 53*

*fls. 111.*

*Ata nº 157. Ata da centésima quadragésima sexta sessão ordinária da Câmara Municipal de Santa Branca, referente à Décima Oitava Legislatura. Aos onze dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e quatro, na Câmara Municipal de Santa Branca, Edifício “Ajudante Braga”, no Salão Nobre “Presidente Tancredo Neves”, com endereço na Praça Ajudante Braga, nº 108, nesta cidade, às dezenove horas e dez minutos, sob a presidência do Sr. Jorge Luiz Sousa Miranda, presentes Vereadores: Adilson Dias dos Santos, Adinelson Tarcilio, Almir Raphael, Francisco de Assis Nunes da Silva, João Batista de Almeida Junior, Juan Jimenez Jurado Junior, Valdemar de Siqueira e Kalisa Teixeira e Silva Monteiro Lobato, Primeira Secretária, comigo, Paulo Sérgio de Oliveira, Diretor Geral, auxiliado pelos servidores Hércia Cristina Rodrigues Ferreira, Técnica Legislativa e Antonio Carlos de Oliveira, Auxiliar Legislativo, realizou-se a centésima quadragésima sexta sessão ordinária desta Legislatura. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a sessão cumprimentando a todos, inclusive o público presente e os internautas, que acompanhavam os trabalhos on line, através do site da Câmara Municipal, plataforma Youtube e Redes Sociais. A ata da sessão anterior foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. A sessão prosseguiu com a **Fase do Expediente**, que constou do seguinte: **1. Projeto de Lei** (processo nº 1021/2024), encaminhado pelo Sr. Prefeito através da Mensagem GP-32/2024, que altera a redação dos incisos I, II, III, IV, IX, XI e XIII do artigo 2º, altera a redação do inciso XXI do artigo 3º e revoga o inciso V do artigo 2º da Lei nº 1802, de 05 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, instruído com pareceres do Procurador Jurídico Legislativo e das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Despacho: “Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11/11/2024”. **2. Projeto de Lei** (processo nº 1090/2024) encaminhado pelo Sr. Prefeito através da Mensagem GP-37/2024, que dispõe sobre a concessão de abono de natal aos empregados públicos efetivos e comissionados e aos Conselheiros Tutelares do Município de Santa Branca, no mês de dezembro. Despacho: “Ao Procurador Jurídico Legislativo” e “Às Comissões de Justiça e de Finanças para emitirem parecer”. **3. Projeto de Resolução** (processo nº 1103/2024), de autoria da Mesa da Câmara, que dispõe sobre a concessão de Auxílio-Alimentação Complementar aos servidores da Câmara Municipal de Santa Branca para o exercício de 2024. Despacho: “Ao Procurador Jurídico Legislativo” e “Às Comissões de Justiça e de Finanças para emitirem parecer”. **4. Requerimento nº 152/2024**, de autoria dos Vereadores João Batista de Almeida Junior e Francisco de Assis Nunes da Silva, no sentido de serem informados, pelo Sr. Prefeito, sobre transporte público municipal, na zona rural. **5. Requerimento nº 153/2024**, de autoria do Vereador Juan Jimenez Jurado Junior, buscando obter informações, junto ao Sr. Prefeito, a respeito do Terminal Rodoviário de Passageiros. Os Requerimentos tiveram o seguinte Despacho: “Incluído na Ordem do Dia da sessão de 11/11/2024”. **6. Indicação nº 439/2024**, de autoria do Vereador João Batista de Almeida Junior, no sentido de serem instaladas luminárias*



Livro nº 53

fls. 112.

na Estrada “Benedito Pereira Ribeiro”, bairro Mombuca. **7. Indicação nº 440/2024**, de autoria do Vereador João Batista de Almeida Junior, no sentido de ser realizada manutenção e colocação de canaletas para escoamento de águas pluviais na Rua Três do bairro Santa Tereza. **8. Indicação nº 441/2024**, de autoria do Vereador João Batista de Almeida Junior, no sentido de haver manutenção nas vias públicas do bairro Santa Cruz. **9. Indicação nº 442/2024**, de autoria da Vereadora Kalisa do Jota, no sentido de ser feita manutenção nas ruas dos bairros Santa Joana I e II. **10. Indicação nº 443/2024**, de autoria da Vereadora Kalisa do Jota, no sentido de ser realizada manutenção na Rua do Cruzeiro, bairro Jardim Olímpia. **11. Indicação nº 444/2024**, de autoria da Vereadora Kalisa do Jota, no sentido de ser realizada capina e limpeza na Rua Antonio de Toledo Piza, bairro Jardim Bela Vista. **12. Indicação nº 445/2024**, de autoria da Vereadora Kalisa do Jota, no sentido de ser realizada manutenção nas ruas do bairro Santa Tereza. **13. Indicação nº 446/2024**, de autoria da Vereadora Kalisa do Jota, no sentido de ser feita capina e limpeza na praça da Rua Biagino Chieffi, bairro Parque São Jorge. **14. Indicação nº 447/2024**, de autoria do Vereador Francisco de Assis Nunes da Silva, no sentido de ser feita manutenção na calçada da Praça da Bíblia. **15. Indicação nº 448/2024**, de autoria do Vereador Adilson Dias dos Santos, no sentido de ser realizada capina e limpeza na Rua José Florêncio, bairro Jardim Prado. **16. Indicação nº 449/2024**, de autoria do Vereador Adilson Dias dos Santos, no sentido de ser passada máquina motoniveladora com colocação de cascalho na Rua 10 do bairro Santa Tereza. **17. Indicação nº 450/2024**, de autoria do Vereador Adilson Dias dos Santos, no sentido de ser feita manutenção e limpeza na Academia ao Ar Livre do bairro “Toca do Leitão”. **18. Indicação nº 451/2024**, de autoria do Vereador Adilson Dias dos Santos, no sentido de ser feita manutenção nas ruas dos bairros Jardim Prado e Jardim Olímpia. **19. Indicação nº 452/2024**, de autoria do Vereador Adilson Dias dos Santos, no sentido de haver manutenção e colocação de material na Rua Graveto, bairro Estância Nova Campos do Jordão. **20. Indicação nº 453/2024**, de autoria do Vereador Valdemar de Siqueira, no sentido de ser passada máquina e colocado material na estrada Libertúcio, bairro Figueira. **21. Indicação nº 454/2024**, de autoria do Vereador Valdemar de Siqueira, no sentido de ser realizada manutenção e colocação de cascalho na Rua 4 do bairro Jardim Costão. As Indicações receberam o seguinte Despacho: “Deferido. À Diretoria Geral para as devidas providências”. **22. Ofício nº 144/2024**, subscrito pela Juíza Eleitoral da 112ª ZE – Santa Branca, Dra. Isabella Carolina Miranda Rodrigues, solicitando a cessão do Salão Nobre e apoio administrativo desta Câmara Municipal, para a realização da diplomação dos Vereadores, Prefeitos e Vice-Prefeitos, eleitos em Santa Branca e Salesópolis, no dia 19 de dezembro próximo, às 14 horas. Despacho: “Deferido. À Diretoria Geral para as devidas providências” e “Ciência aos Vereadores”. Nada mais para o Expediente, passou-se à Fase da **Ordem do Dia** e o Sr. Presidente alertou a Vereadora e os Vereadores da obrigatoriedade de abstenção do voto, no caso de impedimento, em



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

www.camarasantabranca.sp.gov.br

Livro nº 53

fls. 113.

razão de matéria de interesse pessoal, conforme determina o Regimento Interno: **1. Projeto de Lei** (processo nº 1021/2024). Em discussão, usou da palavra o Vereador Adinelson Tarcilio. Em votação, aprovado por unanimidade, recebendo o seguinte Despacho: “O presente Projeto de Lei foi provado por unanimidade. À Diretoria Geral para as devidas providências”. **2. Requerimento nº 152/2024**. Em discussão, usaram da palavra os Vereadores João Batista de Almeida Junior, Kalisa do Jota, Valdemar de Siqueira e Adilson Dias dos Santos. **3. Requerimento nº 153/2024**. Em discussão, usou da palavra o seu autor. Colocados em votação, respectivamente, os Requerimentos foram aprovados por unanimidade, recebendo o seguinte Despacho: “Aprovado por unanimidade. À Diretoria Geral para as devidas providências”. A Ordem do Dia foi concluída e a sessão suspensa, neste momento, para que fossem entregues Moções de Parabenização aprovadas anteriormente por esta Edilidade, havendo a leitura dessas peças, explicações do autor, agradecimento dos homenageados e fotos. As homenagens foram concluídas e a sessão reiniciada com a **Fase da Explicação Pessoal**, havendo oradores inscritos. O Vereador Adinelson Tarcilio tratou de assuntos diversos. A Vereadora Kalisa do Jota abordou vários temas. O Vereador Valdemar de Siqueira enalteceu o trabalho da empreendedora homenageada e comentou sobre Indicações por ele apresentadas. O Vereador Juan Jimenez Jurado Junior proferiu parabenizações e lamentou o falecimento de pessoas conhecidas. O Edil Adilson Dias dos Santos fez agradecimentos. Como ninguém mais desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente convocou a Vereadora e os Vereadores para a próxima sessão ordinária, que será realizada no dia 18 de novembro de 2024, às 19 horas e declarou encerrada a sessão. Eu, Paulo Sérgio de Oliveira, Diretor Geral, digitei e providenciei a impressão desta ata. Eu, Kalisa Teixeira e Silva Monteiro Lobato, Primeira Secretária, subscrevi a presente ata, que depois de aprovada será devidamente assinada, na forma regimental.

Kalisa Teixeira e Silva M. Lobato  
Primeira Secretária

Jorge Luiz Sousa Miranda  
Presidente da Câmara

Paulo Sérgio de Oliveira  
Diretor Geral



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM GP Nº 39/2024

Santa Branca, 12 de novembro de 2024.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores

Tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame e deliberação dos nobres Vereadores, o incluso Projeto de Lei nº 39/2024, de 12 de novembro de 2024, cuja ementa “Institui a concessão e o pagamento de diárias de viagem ao empregado público que ocupa o cargo de motorista da Prefeitura Municipal de Santa Branca, e dá outras providências.”

Salientamos que as diárias são parcelas de natureza indenizatórias instituídas para o custeio das despesas do motorista que se deslocar do Município no desempenho de suas atribuições.

Expostas as razões que nos levaram a apresentar esta proposta de lei, solicitamos que a apreciação da mesma se faça em regime de urgência, dentro do que determina o artigo 48 da Lei Orgânica Municipal, esperando, sobretudo que a mesma receba a manifestação favorável de Vossa Excelência e também dos nobres pares.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Respeitosamente,

Ao Procurador Jurídico Legislativo,  
Santa Branca \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Presidente da Câmara

**ADRIANO MARCHESANI LEVORIN**

**Prefeito Municipal**

Projeto de Lei nº. 28



Anexos: (1) Projeto de Lei.

Ao Excelentíssimo Senhor

**JORGE LUIZ SOUSA MIRANDA**

Presidente da Câmara Municipal de Santa Branca

Santa Branca / SP



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

### PROJETO DE LEI Nº 39, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024.

Institui a concessão e o pagamento de diárias de viagem ao empregado público que ocupa o cargo de motorista da Prefeitura Municipal de Santa Branca, e dá outras providências.

**Artigo 1º.** Fica instituída a concessão e o pagamento de diárias para cobertura de despesas com alimentação e acomodação do empregado público que ocupa o cargo de motorista da Prefeitura Municipal de Santa Branca, nos deslocamentos a serviço, observados os critérios estabelecidos na presente Lei.

§ 1º - O valor da diária é o constante na Tabela do Anexo I, consistente de parte integrante desta Lei.

§ 2º - Nos casos em que o deslocamento incluir o pernoite fora da sede, será devido ao empregado público o acréscimo do valor de R\$200,00 (duzentos reais) no valor das diárias.

§ 3º - A atualização anual dos valores discriminados no Anexo I poderá ocorrer por intermédio de expedição de Decreto Municipal, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - IPC/FIPE, pelo acumulado dos 12 (doze) meses anteriores.

§ 4º Caso a despesa efetuada pelo empregado público exceda o valor da diária de viagem, a diferença correrá às suas expensas, não havendo ressarcimento.

§ 5º - A concessão de diárias observará a disponibilidade de recursos orçamentários no exercício em que ocorrer o deslocamento.

**Artigo 2º.** O pagamento de diárias instituído por esta Lei terá caráter de verba indenizatória, não integrando o respectivo vencimento/remuneração/subsídio para quaisquer efeitos.

**Artigo 3º.** As Secretarias Municipais/Diretorias/Assessorias devem realizar a programação mensal das diárias a serem concedidas, encaminhando-se ao órgão competente.

Parágrafo único. Excetuam-se do “caput” deste artigo os casos de emergência, assim considerados aqueles em que não haja tempo de providenciar a prévia solicitação de diária, quanto o processo de concessão ocorrerá normalmente, desde que autorizado pelo ordenador da despesa.

**Artigo 4º.** O empregado público deverá apresentar ao superior hierárquico, até o quinto dia útil anterior ao deslocamento, a relação circunstanciada das diárias (Anexo II),



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

consistente de parte integrante desta lei.

§ 1º - A relação circunstanciada das diárias, deverá ser protocolado e encaminhada ao ordenador de despesas para autorização e posterior envio à Secretaria de Finanças, que procederá pagamento de toda despesa do mês subsequente, em até 3 (três) dias úteis, mediante crédito em conta corrente do empregado público e em única parcela.

§ 2º - Nos casos em que não for possível a antecipação ou não houver deslocamento previamente planejado, o pagamento das diárias será realizado até o terceiro dia útil após o regresso do empregado público e o envio das informações constantes no caput deste artigo ao ordenador de despesas para autorização do ordenador de despesas e posterior envio à Secretaria de Finanças, que procederá pagamento da despesa em até 3 (três) dias úteis, mediante crédito em conta corrente do empregado público e em única parcela.

**Art. 5º.** No caso de serem necessários ajustes no pagamento das diárias, deverá o empregado público, em novo formulário, acrescentar os seguintes dados:

I – a quantia recebida antecipadamente; e

II – a diferença a receber ou a repor.

**Artigo 6º.** A diária não será devida nos seguintes casos:

I – quando o deslocamento se der dentro do território do Município;

II – quando o afastamento for inferior a 04 (quatro) horas;

III – quando dispuser de alimentação incluída em evento para o qual esteja inscrito.

**Art. 7º.** O efetivo deslocamento do empregado público que importe em pagamento de diárias deverá ser comprovado no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de devolução dos valores recebidos.

**Parágrafo único** A comprovação a que se refere o *caput* se dará mediante a juntada da cópia do controle de tráfego da frota municipal, comprovantes de comparecimento, relação nominal dos pacientes conduzidos, com referência à unidade médica ou hospitalar em que aqueles se apresentaram ou por outros meios administrativos admitidos pela chefia imediata.

**Art. 8º.** Compete ao superior hierárquico, por despacho fundamentado, glosar as diárias indevidas.

**Art. 9º.** Em caso de cancelamento da viagem, retorno antes do prazo previsto, ou creditamento de valores fora das hipóteses autorizadas nesta lei, as diárias recebidas em excesso ou indevidamente deverão ser restituídas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com a devida



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

justificativa.

**Parágrafo Único.** Não havendo restituição no prazo previsto no *caput*, o beneficiário ficará sujeito ao desconto do valor respectivo em folha de pagamento.

**Artigo 10º.** Aquele que conceder ou arbitrar diárias em desacordo com as normas estabelecidas nesta lei responderá solidariamente com o empregado público pela reposição imediata da importância indevidamente paga, sujeitando-se, ainda, à apuração disciplinar.

**Art. 11º.** O Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, naquilo que for necessário.

**Art. 12º.** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária constante do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Art. 13º.** Esta Lei é composta pelo ANEXO I – Tabela de valores das diárias e ANEXO II - Solicitação de diária de viagem/formulário para solicitação de diária de viagem.

**Art. 14º.** Esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Santa Branca, em 12 de novembro de 2024.

**ADRIANO MARCHESANI LEVORIN**  
**Prefeito Municipal**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA**  
GABINETE DO PREFEITO

**Anexo I**

**TABELA DE VALORES DAS DIÁRIAS**

<b>DENOMINAÇÃO</b>	<b>TEMPO DE PERMANÊNCIA</b>	<b>VALOR</b>
Diária 01	Superior a 04 horas e inferior a 08 horas	R\$ 50,00
Diária 02	Superior a 08 horas e inferior a 12 horas	R\$100,00
Diária 03	Superior a 12 horas	R\$150,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA**  
GABINETE DO PREFEITO

**Anexo II**

**SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE VIAGEM**  
**FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE VIAGEM**

ANO DO EXERCÍCIO	
DATA DA SOLICITAÇÃO	
SOLICITANTE	
CARGO	MOTORISTA
PERÍODO	
INÍCIO	
TÉRMINO	
CIDADE/UF	
OBJETIVO	
TIPO DE DESPESAS	
DATA DA SOLICITAÇÃO	
QUANTIDADE DE DIÁRIAS	
VALOR SOLICITADO	
ASSINATURA DO EMPREGADO PÚBLICO - MOTORISTA	
CARIMBO/ ASS. CHEFE	
CARIMBO/ ASS. Secretaria/Diretorias/Assessorias	
AUTORIZANTE	CHEFE DO PODER EXECUTIVO
DATA DA AUTORIZAÇÃO	
CARIMBO/ ASS. DO AUTORIZANTE	



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA GABINETE DO PREFEITO

JUNTE-SE AO PROCESSO RESPECTIVO

Santa Branca, 14/11/2024

Ofício nº 299/2024/GP

Paulo Sérgio de Oliveira  
Diretor Geral

Santa Branca (SP), 14 de novembro de 2024.

Ao PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA – SP

Exmo. Sr. Jorge Luiz Sousa Miranda

**ASSUNTO:** Informações complementares ao Projeto de Lei nº 39/2024, de 12 de novembro de 2024 - Institui a concessão e o pagamento de diárias de viagem ao empregado público que ocupa o cargo de motorista da Prefeitura Municipal de Santa Branca, e dá outras providências.

Senhor Presidente,

Em atenção ao o Projeto de Lei nº 39/2024, de 12 de novembro de 2024, que “Institui a concessão e o pagamento de diárias de viagem ao empregado público que ocupa o cargo de motorista da Prefeitura Municipal de Santa Branca, e dá outras providências”.

Encaminho em complementação ao Projeto de Lei a declaração e a relação de empenhos por subelemento diárias do exercício de 2024.

Na oportunidade, renovo à Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Respeitosamente,

Anexos: (1) Declaração

(2) Relação de empenhos do exercício de 2024.

ADRIANO  
MARCHESANI  
LEVORIN:1849899789  
5

Assinado de forma digital  
por ADRIANO MARCHESANI  
LEVORIN:18498997895  
Dados: 2024.11.14 12:16:20  
-03'00'

**ADRIANO MARCHESANI LEVORIN**  
Prefeito Municipal





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA GABINETE DO PREFEITO

## DECLARAÇÃO

**Adriano Marchesani Levorin, Prefeito  
Municipal de Santa Branca, do Estado de São  
Paulo, no uso de suas atribuições legais,**

**DECLARA** que a expansão da despesa oriunda do presente projeto de lei encontra-se amparada no §3º do art.16, da Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, considerada irrelevante por não ultrapassar o valor estabelecido no art.9º da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração, anexando a esta Relação de Empenhos por Subelemento Diárias do exercício de 2024.

Santa Branca, em 14 de novembro de 2024.

ADRIANO  
MARCHESANI  
LEVORIN:18498  
997895

Assinado de forma  
digital por ADRIANO  
MARCHESANI  
LEVORIN:18498997895  
Dados: 2024.11.14  
12:04:45 -03'00'

**ADRIANO MARCHESANI LEVORIN**  
Prefeito Municipal



Filtro: Movimentação de 01/01/2024 a 31/12/2024

Exercício de 2024

Número Empenho	Resto a Pagar	Ano	Data	Tipo de Empenho	Tipo de Regime	Nome	Credor	Datação Fichas	Codigo	Subsistema Descrição	Classificação Institucional	Órgão	Empenhado	Movimento Acumulado		Saldo a
														Liquidado	Pago	
277		2024	09/01/2024	Ordinário	Normal	RENATO CAETANO DA SILVA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		150,00	150,00	150,00	150,00
281		2024	10/01/2024	Ordinário	Normal	ROBERTO FRANCISCO PRADO		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		100,00	100,00	100,00	100,00
339		2024	19/01/2024	Ordinário	Normal	REGINA CELIA DOS SANTOS PAULA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		50,00	50,00	50,00	50,00
340		2024	19/01/2024	Ordinário	Normal	FABIANO RODRIGUES NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		200,00	200,00	200,00	200,00
341		2024	19/01/2024	Ordinário	Normal	RENATO CAETANO DA SILVA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		900,00	900,00	900,00	900,00
342		2024	19/01/2024	Ordinário	Normal	FAGNER WILLIAM DIAS DA SILVA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		50,00	50,00	50,00	50,00
343		2024	19/01/2024	Ordinário	Normal	LUZ GUSTAVO DE OLIVEIRA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		100,00	100,00	100,00	100,00
344		2024	19/01/2024	Ordinário	Normal	DANIELA BORGES		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		100,00	100,00	100,00	100,00
345		2024	19/01/2024	Ordinário	Normal	MARCOS ROGERIO DE SOUZA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		300,00	300,00	300,00	300,00
355		2024	19/01/2024	Ordinário	Normal	ROBSON LEME PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		300,00	300,00	300,00	300,00
356		2024	19/01/2024	Ordinário	Normal	ARLETE DE FATIMA CAMARGO		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		50,00	50,00	50,00	50,00
357		2024	19/01/2024	Ordinário	Normal	JULIANA APARECIDA RAMOS NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		50,00	50,00	50,00	50,00
358		2024	19/01/2024	Ordinário	Normal	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		500,00	500,00	500,00	500,00
359		2024	19/01/2024	Ordinário	Normal	JOAQUIM MARCOS ALVES		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		1.150,00	1.150,00	1.150,00	1.150,00
360		2024	19/01/2024	Ordinário	Normal	CLAUDEANE CRISTINA RABELO		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		50,00	50,00	50,00	50,00
712		2024	01/02/2024	Ordinário	Normal	ROBSON LEME PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		200,00	200,00	200,00	200,00
713		2024	01/02/2024	Ordinário	Normal	MARCOS ROGERIO DE SOUZA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		250,00	250,00	250,00	250,00
715		2024	02/02/2024	Ordinário	Normal	REGINA CELIA DOS SANTOS PAULA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		50,00	50,00	50,00	50,00
716		2024	02/02/2024	Ordinário	Normal	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		50,00	50,00	50,00	50,00
717		2024	02/02/2024	Ordinário	Normal	LUCIANO RICARDO DE LIMA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		100,00	100,00	100,00	100,00
718		2024	02/02/2024	Ordinário	Normal	JOAQUIM MARCOS ALVES		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
804		2024	16/02/2024	Ordinário	Normal	JOAQUIM MARCOS ALVES		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		900,00	900,00	900,00	900,00
805		2024	16/02/2024	Ordinário	Normal	ELISABETE APARECIDA RIBEIRO SANTOS NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		50,00	50,00	50,00	50,00
806		2024	16/02/2024	Ordinário	Normal	JULIANA APARECIDA RAMOS NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		50,00	50,00	50,00	50,00
807		2024	16/02/2024	Ordinário	Normal	CAIO DA CUNHA PINTO		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		50,00	50,00	50,00	50,00
808		2024	16/02/2024	Ordinário	Normal	FERNANDA RODRIGUES DE MESQUITA PEREIRA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		50,00	50,00	50,00	50,00
809		2024	16/02/2024	Ordinário	Normal	LORIANE SOUZA COLOMBI		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		50,00	50,00	50,00	50,00
811		2024	16/02/2024	Ordinário	Normal	LUCIMARA APARECIDA CHAVES OLIVEIRA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		50,00	50,00	50,00	50,00
812		2024	16/02/2024	Ordinário	Normal	RENATO CAETANO DA SILVA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		750,00	750,00	750,00	750,00
816		2024	16/02/2024	Ordinário	Normal	ROBSON LEME PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		100,00	100,00	100,00	100,00
817		2024	16/02/2024	Ordinário	Normal	MARCOS ROGERIO DE SOUZA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		50,00	50,00	50,00	50,00
819		2024	19/02/2024	Ordinário	Normal	LETICIA ARAUJO BITTALDO		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		50,00	50,00	50,00	50,00
820		2024	19/02/2024	Ordinário	Normal	LEVI ANTONIO DA SILVA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		100,00	100,00	100,00	100,00
822		2024	19/02/2024	Ordinário	Normal	JOÃO BENEDITO DAS NEVES		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		100,00	100,00	100,00	100,00
823		2024	19/02/2024	Ordinário	Normal	ROSILDA ABADIA DA SILVA SIQUEIRA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		50,00	50,00	50,00	50,00
826		2024	19/02/2024	Ordinário	Normal	REGINA CELIA DOS SANTOS PAULA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		100,00	100,00	100,00	100,00
827		2024	19/02/2024	Ordinário	Normal	LUCIANO RICARDO DE LIMA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		100,00	100,00	100,00	100,00
828		2024	19/02/2024	Ordinário	Normal	LUZ GUSTAVO DE OLIVEIRA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		150,00	150,00	150,00	150,00
829		2024	19/02/2024	Ordinário	Normal	MARCOS ROGERIO DE SOUZA		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		200,00	200,00	200,00	200,00
830		2024	19/02/2024	Ordinário	Normal	ARLETE DE FATIMA CAMARGO NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		50,00	50,00	50,00	50,00
831		2024	19/02/2024	Ordinário	Normal	JULIANA APARECIDA RAMOS NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		50,00	50,00	50,00	50,00
831		2024	19/02/2024	Ordinário	Normal	ROBSON LEME PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14		Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO		300,00	300,00	300,00	300,00

(Subelemento-Código = 3.3.90.14.14) e (Classificação Institucional-UO = 02.06 - DIVISÃO DE SAÚDE) e (Empenho-Resto a Pagar = Nbs)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA  
Relatório de Empenhos



Número	Empenho		Tipo de Regime	Nome	Criador	Dotação	Subsistema	Descrição	Classificação Institucional	Movimento Acumulado		Saldo a
	Ano	Data								Empenhado	Pago	
832	2024	19/02/2024	Ordinário	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	250,00	250,00	250,00
902	2024	22/02/2024	Ordinário	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	250,00	250,00	250,00
903	2024	22/02/2024	Ordinário	RENATO CAETANO DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	950,00	950,00	950,00
904	2024	22/02/2024	Ordinário	REGINA CELIA DOS SANTOS PAULA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00
905	2024	22/02/2024	Ordinário	ARLETE DE FATIMA CAMARGO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00
906	2024	22/02/2024	Ordinário	JULIANA APARECIDA RAMOS NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00
907	2024	22/02/2024	Ordinário	ROSILENE ALVES FORCATO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
908	2024	22/02/2024	Ordinário	CAMILA RIBEIRO DE MORAIS		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
909	2024	22/02/2024	Ordinário	CARMEN RIVERA HERMANDEZ		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
967	2024	27/02/2024	Ordinário	CAIO DA CUNHA PINTO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
968	2024	27/02/2024	Ordinário	MARCOS ROGERIO DE SOUZA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00
969	2024	27/02/2024	Ordinário	ROBSON LEHE PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00
970	2024	27/02/2024	Ordinário	KARLA MICHAELA HONORATO RIBEIRO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
1168	2024	29/02/2024	Ordinário	REGINA CELIA DOS SANTOS PAULA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
1169	2024	29/02/2024	Ordinário	LUCIANO RICARDO DE LIMA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00
1170	2024	29/02/2024	Ordinário	ORLANDO OTAVIO RIBEIRO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
1171	2024	29/02/2024	Ordinário	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	850,00	850,00	850,00
1172	2024	29/02/2024	Ordinário	LEVI ANTONIO DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
1173	2024	29/02/2024	Ordinário	ROBSON LEHE PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	300,00	300,00	300,00
1174	2024	29/02/2024	Ordinário	JOAQUIM MARCOS ALVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	1.100,00	1.100,00	1.100,00
1207	2024	12/03/2024	Ordinário	MARCOS ROGERIO DE SOUZA NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
1312	2024	19/03/2024	Ordinário	JULIANA APARECIDA RAMOS		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	450,00	450,00	450,00
1313	2024	19/03/2024	Ordinário	ARLETE DE FATIMA CAMARGO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	350,00	350,00	350,00
1314	2024	19/03/2024	Ordinário	LUCIANO RICARDO DE LIMA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
1315	2024	19/03/2024	Ordinário	JOÃO BENEDITO DAS NEVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
1316	2024	19/03/2024	Ordinário	GERALDO LASARO DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
1317	2024	19/03/2024	Ordinário	JOAQUIM MARCOS ALVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	1.450,00	1.450,00	1.450,00
1322	2024	20/03/2024	Ordinário	RENATO CAETANO DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	800,00	800,00	800,00
1324	2024	20/03/2024	Ordinário	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	250,00	250,00	250,00
1325	2024	20/03/2024	Ordinário	ROBSON LEHE PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00
1326	2024	20/03/2024	Ordinário	REGINA CELIA DOS SANTOS PAULA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00
1327	2024	20/03/2024	Ordinário	MARCOS ROGERIO DE SOUZA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	400,00	400,00	400,00
1420	2024	27/03/2024	Ordinário	FABIANO RODRIGUES NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	450,00	450,00	450,00
1421	2024	27/03/2024	Ordinário	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	450,00	450,00	450,00
1422	2024	27/03/2024	Ordinário	AMANDA CORREA CAMARGO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
1423	2024	27/03/2024	Ordinário	CAIO DA CUNHA PINTO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
1424	2024	27/03/2024	Ordinário	ROBSON LEHE PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
1425	2024	27/03/2024	Ordinário	GERALDO LASARO DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
1426	2024	27/03/2024	Ordinário	ANA TALITA DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
1611	2024	08/04/2024	Ordinário	FABIANO RODRIGUES NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	350,00	350,00	350,00
1636	2024	08/04/2024	Ordinário	RENATO CAETANO DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	1.450,00	1.450,00	1.450,00
1640	2024	08/04/2024	Ordinário	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	350,00	350,00	350,00
1641	2024	08/04/2024	Ordinário	FAGNER WILLIAM DIAS DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	350,00	350,00	350,00
1642	2024	08/04/2024	Ordinário	MARCOS ROGERIO DE SOUZA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	250,00	250,00	250,00
1643	2024	08/04/2024	Ordinário	ROBSON LEHE PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	400,00	400,00	400,00
1649	2024	08/04/2024	Ordinário	ANA CLARA GONCALVES TANCREDO RAMOS		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
1650	2024	08/04/2024	Ordinário	CAIO DA CUNHA PINTO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00

(Subsistema-Código = 3.3.90.14.14) e (Classificação Institucional=UO = 02.06 - DIVISÃO DE SAÚDE) e (Empenho-Resto a Pagar = Não)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA  
Relatório de Empenhos



Número	Empenho		Tipo de Regime	Nome	Credor	Dotação Ficha	Subsistema Descrição	Classificação Institucional Órgão	Movimento Acumulado		Saldo a Favor
	Ano	Data							Empenhado	Liquidado	
1713	2024	12/04/2024	Ordinário	JOAQUIM MARCOS ALVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	700,00	700,00	700,00
1714	2024	12/04/2024	Ordinário	ROBSON LEME PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
1715	2024	12/04/2024	Ordinário	JOÃO BENEDITO DAS NEVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
1716	2024	12/04/2024	Ordinário	JOÃO BENEDITO DAS NEVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
1719	2024	12/04/2024	Ordinário	JOAQUIM MARCOS ALVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1720	2024	12/04/2024	Ordinário	MARCOS ROGERIO DE SOUZA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
1721	2024	12/04/2024	Ordinário	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00
2147	2024	13/05/2024	Ordinário	JULIANA APARECIDA RAMOS		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
2148	2024	13/05/2024	Ordinário	ARLETE DE FATIMA CAMARGO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
2149	2024	13/05/2024	Ordinário	MARCIO BATISTA DO NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00
2150	2024	13/05/2024	Ordinário	AMANDA CORREA CAMARGO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
2151	2024	13/05/2024	Ordinário	DEBORA CRISTINA DE SOUZA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
2152	2024	13/05/2024	Ordinário	JULIANA APARECIDA RAMOS		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
2156	2024	13/05/2024	Ordinário	ARLETE DE FATIMA CAMARGO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
2157	2024	13/05/2024	Ordinário	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	250,00	250,00	250,00
2158	2024	13/05/2024	Ordinário	ROBSON LEME PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
2159	2024	13/05/2024	Ordinário	MARCIO BATISTA DO NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
2160	2024	13/05/2024	Ordinário	GERALDO LASARO DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00
2161	2024	13/05/2024	Ordinário	JULIANA APARECIDA RAMOS		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
2162	2024	13/05/2024	Ordinário	GERALDO LASARO DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	250,00	250,00	250,00
2163	2024	13/05/2024	Ordinário	IVONE MARIA GONCALVES SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
2164	2024	13/05/2024	Ordinário	JOÃO BENEDITO DAS NEVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00
2165	2024	13/05/2024	Ordinário	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	500,00	500,00	500,00
2166	2024	13/05/2024	Ordinário	RENATO CAETANO DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	1.400,00	1.400,00	1.400,00
2167	2024	13/05/2024	Ordinário	THIAGO TOLEDO MARQUES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
2168	2024	13/05/2024	Ordinário	LUCIMARA APARECIDA CHAVES OLIVEIRA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
2178	2024	14/05/2024	Ordinário	JOAQUIM MARCOS ALVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	1.200,00	1.200,00	1.200,00
2179	2024	14/05/2024	Ordinário	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	550,00	550,00	550,00
2180	2024	14/05/2024	Ordinário	ROBSON LEME PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	250,00	250,00	250,00
2181	2024	14/05/2024	Ordinário	FABIANO RODRIGUES NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	300,00	300,00	300,00
2182	2024	14/05/2024	Ordinário	FAGNER WILLIAM DIAS DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00
2183	2024	14/05/2024	Ordinário	GABRIELA NAPOLEAO DE MORAES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
2184	2024	14/05/2024	Ordinário	KAQUE MIGUEL DOS SANTOS CASSAL		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
2186	2024	14/05/2024	Ordinário	MARCOS ROGERIO DE SOUZA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00
2208	2024	16/05/2024	Ordinário	ROBSON LEME PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00
2209	2024	16/05/2024	Ordinário	MARCIO BATISTA DO NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
2210	2024	16/05/2024	Ordinário	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
2211	2024	16/05/2024	Ordinário	THIAGO TOLEDO MARQUES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
2212	2024	16/05/2024	Ordinário	GERALDO LASARO DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00
2213	2024	16/05/2024	Ordinário	RENATO CAETANO DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
2214	2024	16/05/2024	Ordinário	JULIANA APARECIDA RAMOS		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
2240	2024	20/05/2024	Ordinário	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
2248	2024	20/05/2024	Ordinário	FABIANO RODRIGUES NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	300,00	300,00	300,00
2249	2024	20/05/2024	Ordinário	JOAQUIM MARCOS ALVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	1.000,00	1.000,00	1.000,00
2281	2024	23/05/2024	Ordinário	ARLETE DE FATIMA CAMARGO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00

(Subsistema-Código = 3.3.90.14.14) e (Classificação Institucional-UO = 02.06 - DIVISÃO DE SAÚDE) e (Empenho-Resto a Pagar = Não)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA  
Relação de Empenhos



Número	Empenho		Tipo de Regime	Credor	Nome	Data	Subsistema	Descrição	Dotação	Código	Classificação Institucional	Empenhado	Movimento Acumulado		Saldo a
	Ano	Data											Liquidado	Pago	
2282	2024	23/05/2024	Ordinário	Normal	JULIANA APARECIDA RAMOS NASCIMENTO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00		
2526	2024	29/05/2024	Ordinário	Normal	MARCOS ROGERIO DE SOUZA	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00		
2527	2024	29/05/2024	Ordinário	Normal	ROBSON LEME PIRES DO PRADO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00		
2528	2024	29/05/2024	Ordinário	Normal	FAGNER WILLIAM DIAS DA SILVA	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	450,00	450,00	450,00		
2529	2024	29/05/2024	Ordinário	Normal	FABIANO RODRIGUES NASCIMENTO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00		
2531	2024	29/05/2024	Ordinário	Normal	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	500,00	500,00	500,00		
2532	2024	29/05/2024	Ordinário	Normal	JOAO BENEDITO DAS NEVES	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00		
2533	2024	29/05/2024	Ordinário	Normal	GERALDO LASARO DA SILVA	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00		
2534	2024	29/05/2024	Ordinário	Normal	MARCIO BATISTA DO NASCIMENTO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00		
2569	2024	06/06/2024	Ordinário	Normal	JOAQUIM MARCOS ALVES	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00		
2570	2024	06/06/2024	Ordinário	Normal	ROBSON LEME PIRES DO PRADO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	950,00	950,00	950,00		
2571	2024	06/06/2024	Ordinário	Normal	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00		
2572	2024	06/06/2024	Ordinário	Normal	JOAO BENEDITO DAS NEVES	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	250,00	250,00	250,00		
2573	2024	06/06/2024	Ordinário	Normal	LEVY ANTONIO DA SILVA	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00		
2574	2024	06/06/2024	Ordinário	Normal	FRANCISCO AUGUSTO DE SOUSA MOREIRA	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00		
2688	2024	14/06/2024	Ordinário	Normal	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00		
2689	2024	14/06/2024	Ordinário	Normal	ROBSON LEME PIRES DO PRADO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	250,00	250,00	250,00		
2690	2024	14/06/2024	Ordinário	Normal	MARCOS ROGERIO DE SOUZA	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	250,00	250,00	250,00		
2691	2024	14/06/2024	Ordinário	Normal	ORLANDO OTAVIO RIBEIRO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00		
2692	2024	14/06/2024	Ordinário	Normal	JULIANA APARECIDA RAMOS NASCIMENTO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00		
2722	2024	17/06/2024	Ordinário	Normal	FABIANO RODRIGUES NASCIMENTO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00		
2733	2024	21/06/2024	Ordinário	Normal	JOAQUIM MARCOS ALVES	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	300,00	300,00	300,00		
2735	2024	21/06/2024	Ordinário	Normal	LUCIANO RICARDO DE LIMA	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	1.150,00	1.150,00	1.150,00		
2736	2024	21/06/2024	Ordinário	Normal	ROBSON LEME PIRES DO PRADO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00		
2737	2024	21/06/2024	Ordinário	Normal	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	250,00	250,00	250,00		
2738	2024	21/06/2024	Ordinário	Normal	ARLETE DE FATIMA CAMARGO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00		
3002	2024	28/06/2024	Ordinário	Normal	JULIANA APARECIDA RAMOS NASCIMENTO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00		
3003	2024	28/06/2024	Ordinário	Normal	ODIRLEY VIEIRA DA SILVA	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00		
3041	2024	02/07/2024	Ordinário	Normal	JULIANA APARECIDA RAMOS NASCIMENTO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00		
3051	2024	03/07/2024	Ordinário	Normal	FAGNER WILLIAM DIAS DA SILVA	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00		
3053	2024	03/07/2024	Ordinário	Normal	SILVIO DE SOUZA SANTOS JUNIOR	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00		
3054	2024	03/07/2024	Ordinário	Normal	MARCOS ROGERIO DE SOUZA	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00		
3055	2024	03/07/2024	Ordinário	Normal	ROBSON LEME PIRES DO PRADO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	250,00	250,00	250,00		
3056	2024	03/07/2024	Ordinário	Normal	ARLETE DE FATIMA CAMARGO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	300,00	300,00	300,00		
3096	2024	05/07/2024	Ordinário	Normal	JULIANA APARECIDA RAMOS NASCIMENTO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00		
3097	2024	05/07/2024	Ordinário	Normal	MARCOS ROGERIO DE SOUZA	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00		
3098	2024	05/07/2024	Ordinário	Normal	CAIO DA CUNHA PINTO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00		
3099	2024	05/07/2024	Ordinário	Normal	JOAQUIM MARCOS ALVES	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00		
3100	2024	05/07/2024	Ordinário	Normal	MARCOS ROGERIO DE SOUZA	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	850,00	850,00	850,00		
3159	2024	01/08/2024	Ordinário	Normal	ORLANDO OTAVIO RIBEIRO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	650,00	650,00	650,00		
3468	2024	01/08/2024	Ordinário	Normal	LUCIANO RICARDO DE LIMA	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00		
3469	2024	01/08/2024	Ordinário	Normal	ANA TALITA DA SILVA	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00		
3470	2024	01/08/2024	Ordinário	Normal	FABIANO RODRIGUES NASCIMENTO	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00		
3471	2024	01/08/2024	Ordinário	Normal		197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	Diárias no País	197.3.3.90.14.14	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00		



Número	Empenho		Tipo de Regime	Nome	Criador	Dotação Ficha	Código	Subelemento Descrição	Classificação Institucional Órgão	Movimento Acumulado		Saldo a Favor
	Ano	Data								Empenhado	Liquidado	
4550	2024	10/10/2024	Ordinário	FABIANO RODRIGUES NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00	0,00
4551	2024	10/10/2024	Ordinário	ORLANDO OTAVIO RIBEIRO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00	0,00
4552	2024	10/10/2024	Ordinário	MARCOS ROGERIO DE SOUZA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00	0,00
4553	2024	10/10/2024	Ordinário	JOÃO BENEDITO DAS NEVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00	0,00
4554	2024	10/10/2024	Ordinário	LEVI ANTONIO DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00	0,00
4574	2024	11/10/2024	Ordinário	ADRIANO DE SOUSA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00	0,00
4635	2024	16/10/2024	Ordinário	ARLETE DE FATIMA CAMARGO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00	0,00
4636	2024	16/10/2024	Ordinário	MARIA FERNANDA MAZZOCCA DOURADO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00	0,00
4671	2024	22/10/2024	Ordinário	JULIANA APARECIDA RAMOS NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00	0,00
4672	2024	22/10/2024	Ordinário	RENATO CAETANO DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	400,00	400,00	400,00	0,00
4673	2024	22/10/2024	Ordinário	GERALDO LASARO DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00	0,00
4674	2024	22/10/2024	Ordinário	ADRIANO DE SOUSA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	300,00	300,00	300,00	0,00
4675	2024	22/10/2024	Ordinário	LEVI ANTONIO DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00	0,00
4676	2024	22/10/2024	Ordinário	ROBSON LEME PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00	0,00
4677	2024	22/10/2024	Ordinário	FAGNER WILLIAM DIAS DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	400,00	400,00	400,00	0,00
4678	2024	22/10/2024	Ordinário	FABIANO RODRIGUES NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00	0,00
4730	2024	29/10/2024	Ordinário	FAGNER WILLIAM DIAS DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00	0,00
4733	2024	29/10/2024	Ordinário	JOÃO BENEDITO DAS NEVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00	0,00
4833	2024	29/10/2024	Ordinário	MARCOS ROGERIO DE SOUZA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	350,00	350,00	350,00	0,00
4834	2024	29/10/2024	Ordinário	ROBSON LEME PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00	0,00
4835	2024	29/10/2024	Ordinário	ADRIANO DE SOUSA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	300,00	300,00	300,00	0,00
4942	2024	04/11/2024	Ordinário	RENATO CAETANO DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	550,00	550,00	550,00	0,00
4943	2024	04/11/2024	Ordinário	LEVI ANTONIO DA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00	0,00
4944	2024	04/11/2024	Ordinário	ROBSON LEME PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00	0,00
4945	2024	04/11/2024	Ordinário	JOKQUIM MARCOS ALVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	250,00	250,00	250,00	0,00
4946	2024	04/11/2024	Ordinário	FABIANO RODRIGUES NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00	0,00
									71.500,00	71.500,00	71.500,00	0,00
									71.500,00	71.500,00	71.500,00	0,00
									71.500,00	71.500,00	71.500,00	0,00
									71.500,00	71.500,00	71.500,00	0,00

(Subelemento-Código = 3.3.90.14.14) e (Classificação Institucional-UO = 02.06 - DIVISÃO DE SAÚDE) e (Empenho-Resto a Pagar = Não)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA  
Relação de Empenhos



Número	Empenho		Tipo de Regime	Nome	Credor	Dotação	Subsistema	Classificação Institucional	Empenhado	Movimento Acumulado	Exercício de 2024	
	Ano	Data									Liquidado	Pago
4124	2024	20/09/2024	Ordinário	ARLETE DE FATIMA CAMARGO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00	50,00
4127	2024	20/09/2024	Ordinário	ADRIANO DE SOUSA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	600,00	600,00	600,00	600,00
4128	2024	20/09/2024	Ordinário	ADRIANO DE SOUSA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	350,00	350,00	350,00	350,00
4129	2024	20/09/2024	Ordinário	LUCIANO RICARDO DE LIMA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00	100,00
4133	2024	20/09/2024	Ordinário	ANNA VICTORIA DELA VECHEA RIBEIRO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00	50,00
4134	2024	20/09/2024	Ordinário	MARCOS ROGERIO DE SOUZA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	750,00	750,00	750,00	750,00
4135	2024	20/09/2024	Ordinário	MARCOS ROGERIO DE SOUZA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00	200,00
4136	2024	20/09/2024	Ordinário	JOAQUIM MARCOS ALVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	600,00	600,00	600,00	600,00
4137	2024	20/09/2024	Ordinário	MARCOS ROGERIO DE SOUZA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4138	2024	20/09/2024	Ordinário	JULIANA APARECIDA RAMOS		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00	100,00
4139	2024	20/09/2024	Ordinário	JULIANA APARECIDA RAMOS		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00	100,00
4140	2024	20/09/2024	Ordinário	JULIANA APARECIDA RAMOS		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00	100,00
4141	2024	20/09/2024	Ordinário	JULIANA APARECIDA RAMOS		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00	50,00
4142	2024	20/09/2024	Ordinário	ARLETE DE FATIMA CAMARGO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00	50,00
4143	2024	20/09/2024	Ordinário	ARLETE DE FATIMA CAMARGO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00	50,00
4144	2024	20/09/2024	Ordinário	ARLETE DE FATIMA CAMARGO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00	100,00
4145	2024	20/09/2024	Ordinário	ARLETE DE FATIMA CAMARGO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00	100,00
4171	2024	23/09/2024	Ordinário	ROBSON LEMIE PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00	100,00
4172	2024	23/09/2024	Ordinário	JOAQUIM MARCOS ALVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00	100,00
4173	2024	23/09/2024	Ordinário	ORLANDO OTAVIO RIBEIRO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	800,00	800,00	800,00	800,00
4174	2024	23/09/2024	Ordinário	JULIANA APARECIDA RAMOS		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00	100,00
4343	2024	30/09/2024	Ordinário	ROBSON LEMIE PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00	200,00
4344	2024	30/09/2024	Ordinário	FABIANO RODRIGUES NASCIMENTO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00	200,00
4345	2024	30/09/2024	Ordinário	ADRIANO DE SOUSA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00	100,00
4346	2024	30/09/2024	Ordinário	JOAO BENEDITO DAS NEVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	300,00	300,00	300,00	300,00
4386	2024	01/10/2024	Ordinário	THIAGO TOLEDO MARQUES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00	150,00
4387	2024	01/10/2024	Ordinário	ARLETE DE FATIMA CAMARGO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00	150,00
4388	2024	01/10/2024	Ordinário	PAMELA DE SOUZA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00	150,00
4389	2024	01/10/2024	Ordinário	DEBORA CRISTINA DE SOUZA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00	150,00
4446	2024	04/10/2024	Ordinário	JOAO BENEDITO DAS NEVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00	150,00
4448	2024	04/10/2024	Ordinário	MARCOS ROGERIO DE SOUZA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	550,00	550,00	550,00	550,00
4449	2024	04/10/2024	Ordinário	ROBSON LEMIE PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	350,00	350,00	350,00	350,00
4494	2024	07/10/2024	Ordinário	JOAQUIM MARCOS ALVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	550,00	550,00	550,00	550,00
4495	2024	07/10/2024	Ordinário	RAFAEL BERNARDO DOS SANTOS		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00	200,00
4495	2024	07/10/2024	Ordinário	FRANCISCO PAULO DE SOUZA JUNIOR		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00	200,00
4496	2024	07/10/2024	Global	ELISABETE APARECIDA RIBEIRO SANTOS		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00	200,00
4497	2024	07/10/2024	Ordinário	KAROENE DE JESUS DA COSTA SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00	200,00
4499	2024	07/10/2024	Ordinário	JESSICA MONTEIRO DE ANDRADE		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00	200,00
4500	2024	07/10/2024	Ordinário	BIANCA RAFAELLA MARTINS SILVA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00	200,00
4501	2024	07/10/2024	Ordinário	EDUAINÉ DONIZETE BARBOSA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00	200,00
4505	2024	07/10/2024	Ordinário	WILTON FELIPE MARIANO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00	200,00
4547	2024	10/10/2024	Ordinário	ARLETE DE FATIMA CAMARGO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00	200,00
4548	2024	10/10/2024	Ordinário	PAMELA DE SOUZA		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00	200,00
4549	2024	10/10/2024	Ordinário	ROBSON LEMIE PIRES DO PRADO		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	250,00	250,00	250,00	250,00
4549	2024	10/10/2024	Ordinário	JOAQUIM MARCOS ALVES		197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	500,00	500,00	500,00	500,00

(Subsistema-Código = 3.3.90.14.14) e (Classificação Institucional-UO = 02.06 - DIVISÃO DE SAÚDE) e (Empenho-Resto a Pagar = Não)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA  
Relação de Empenhos



Número	Empenho		Nome	Credor	Dotação Ficta	Subsistema	Classificação Institucional	Movimento Acumulado		Saldo a Pagar
	Ano	Data						Empenhado	Liquidado	
3472	2024	01/08/2024	FAGNER WILLIAM DIAS DA SILVA	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
3473	2024	01/08/2024	GERALDO LASARO DA SILVA	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
3474	2024	01/08/2024	CARMEN RIBEIRA HERNANDEZ	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
3475	2024	01/08/2024	MARCIO BATISTA DO NASCIMENTO	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	250,00	250,00	250,00
3487	2024	05/08/2024	JOÃO BENEDITO DAS NEVES	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	400,00	400,00	400,00
3547	2024	07/08/2024	ROBSON LEME PIRES DO PRADO	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
3548	2024	07/08/2024	LUCIANO RICARDO DE LIMA	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00
3561	2024	08/08/2024	LEVI ANTONIO DA SILVA	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
3895	2024	30/08/2024	LUCIANA DE FATIMA ALVARENGA	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00
3909	2024	02/09/2024	GABRIELA NAPOLEAO DE MORAES	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00
4067	2024	16/09/2024	CAIO DA CUNHA PINTO	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
4068	2024	16/09/2024	ARLETE DE FATIMA CAMARGO	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
4069	2024	16/09/2024	LIDIANE APARECIDA GONCALVES FELIX	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
4070	2024	16/09/2024	ARLETE DE FATIMA CAMARGO	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
4071	2024	16/09/2024	LUCIMARA APARECIDA CHAVES OLIVEIRA	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
4072	2024	16/09/2024	ROSILDA ABADIA DA SILVA SIQUEIRA	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
4092	2024	18/09/2024	LUCIMARA APARECIDA CHAVES OLIVEIRA	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
4093	2024	18/09/2024	ROSILDA ABADIA DA SILVA SIQUEIRA	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
4094	2024	18/09/2024	ROBSON LEME PIRES DO PRADO	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	600,00	600,00	600,00
4095	2024	18/09/2024	ROBSON LEME PIRES DO PRADO	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	400,00	400,00	400,00
4096	2024	18/09/2024	CAIO DA CUNHA PINTO	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
4097	2024	18/09/2024	JOÃO BENEDITO DAS NEVES	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	150,00	150,00	150,00
4098	2024	18/09/2024	FAGNER WILLIAM DIAS DA SILVA	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	300,00	300,00	300,00
4099	2024	18/09/2024	ORLANDO OTAVIO RIBEIRO	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	350,00	350,00	350,00
4100	2024	18/09/2024	ROBSON LEME PIRES DO PRADO	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4101	2024	18/09/2024	LUCIANO RICARDO DE LIMA	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
4102	2024	18/09/2024	LEVI ANTONIO DA SILVA	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
4103	2024	18/09/2024	LUCIANO RICARDO DE LIMA	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
4104	2024	18/09/2024	MARCIO BATISTA DO NASCIMENTO	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
4105	2024	18/09/2024	JULIANA APARECIDA RAMOS	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
4106	2024	18/09/2024	ROBSON LEME PIRES DO PRADO	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00
4107	2024	18/09/2024	JOÃO BENEDITO DAS NEVES	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	200,00	200,00	200,00
4108	2024	18/09/2024	FABIANO RODRIGUES NASCIMENTO	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	300,00	300,00	300,00
4109	2024	18/09/2024	ROBSON LEME PIRES DO PRADO	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	650,00	650,00	650,00
4110	2024	18/09/2024	JOAQUIM MARCOS ALVES	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4111	2024	18/09/2024	JOAQUIM MARCOS ALVES	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	900,00	900,00	900,00
4112	2024	18/09/2024	INGRID APARECIDA DA SILVA ARAUJO	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
4113	2024	18/09/2024	ADRIANO DE SOUSA	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	400,00	400,00	400,00
4114	2024	18/09/2024	JOÃO BENEDITO DAS NEVES	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	100,00	100,00	100,00
4115	2024	18/09/2024	RENATO CAETANO DA SILVA	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	1.950,00	1.950,00	1.950,00
4116	2024	18/09/2024	CAMILA RIBEIRO DE MORAIS	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
4117	2024	19/09/2024	ANA CLARA GONCALVES TANCREDO RAMOS	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
4118	2024	19/09/2024	JULIANA APARECIDA RAMOS	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
4119	2024	19/09/2024	LUCIA BEATRIZ DE OLIVEIRA RODRIGUES	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00
4120	2024	19/09/2024	RODRIGUES	Normal	197.3.3.90.14.14	Diárias no País	02 - PODER EXECUTIVO	50,00	50,00	50,00

(Subsistema-Código = 3.3.90.14.14) e (Classificação Institucional-UO = 02.06 - DIVISÃO DE SAÚDE) e (Empenho-Reso a Pagar = Não)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM GP Nº 38/2024

Ao Procurador Jurídico Legislativo.  
Santa Branca \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara  
Santa Branca, 11 de novembro de 2024.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores

Tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame e deliberação dos nobres Vereadores, o incluso Projeto de Lei nº 38/2024, de 11 de novembro de 2024, cuja ementa “Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), dispõe sobre a Política Municipal de Resíduos Sólidos, e dá outras providências.”.

É imprescindível que o município de Santa Branca desenvolva ações integradas e eficientes para a gestão de resíduos sólidos, considerando os impactos ambientais, sociais e econômicos.

A elaboração e implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) é essencial para um planejamento estratégico que assegure o manejo adequado dos resíduos no município, promovendo melhorias na salubridade ambiental e prevenindo danos ao meio ambiente e à saúde pública.

Com a aprovação da propositura, os geradores deverão ter como objetivo prioritário a minimização da geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem e a destinação final. Outrossim, o presente Projeto de Lei traz normas e critérios de destinação dos resíduos, estabelece definições e classificações dos resíduos, conforme estudo realizado pelos técnicos da empresa Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP, da empresa DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda, em parceria com técnicos da Prefeitura Municipal de Santa Branca. O referido plano foi discutido em consultas públicas.

Por oportuno, informa-se que o presente Projeto origina-se da necessidade de se regulamentar a matéria, visando elucidar a importância do incluso Projeto de lei.

Expostas as razões que nos levaram a apresentar esta proposta de lei, solicitamos que a apreciação da mesma se faça em regime de urgência, dentro do que determina o artigo 48 da Lei Orgânica Municipal, esperando, sobretudo que a mesma receba a manifestação favorável de Vossa Excelência e também dos nobres pares.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Respeitosamente,

  
**ADRIANO MARCHESANI LEVORIN**

**Prefeito Municipal**

As Comissões de JUSTIÇA, FINANÇAS E OBRAS PARA EMITIREM PARECER.  
Santa Branca, ..... / ..... / .....

.....  
Presidente da Câmara

Anexos: (1) Projeto de Lei;

(2) Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

(3) Relatório da Consulta e da Audiência Pública.

Ao Excelentíssimo Senhor

**JORGE LUIZ SOUSA MIRANDA**

Presidente da Câmara Municipal de Santa Branca

Santa Branca / SP

Projeto de Lei nº. 27

CÂMARA MUNICIPAL  
SANTA BRANCA - SP  
PROTOCOLO GERAL  
15/25 - Nº. 1114  
\* 11 NOV 2024 \*  
JSR  
Funcionário



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA**

**GABINETE DO PREFEITO**

## **TÍTULO I DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (Art. 4º e 5º)**

### **CAPÍTULO II DA CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (Art. 6º e 7º)**

### **CAPÍTULO III DAS METAS E AÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS (Art. 8º)**

## **TÍTULO II DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS, EDUCACIONAIS E DE PLANEJAMENTO**

### **CAPÍTULO I DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS (Art. 9º e 10º)**

### **CAPÍTULO II DOS INSTRUMENTOS EDUCACIONAIS (Art. 11 a 13)**

### **CAPÍTULO III DOS PLANOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (Art. 14 a 19)**

### **CAPÍTULO IV DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES (Art. 20 a 22)**

## **TÍTULO III DA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS**

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (Art. 23 a 27)**

### **CAPÍTULO II DAS PROIBIÇÕES (Art. 28)**

### **CAPÍTULO III DA POLÍTICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NAS CONTRAÇÕES PÚBLICAS (Art. 29 e 30)**

### **CAPÍTULO IV DOS PROCEDIMENTOS DE COLETA SELETIVA, TRANSPORTE DE RESÍDUOS E LOGÍSTICA REVERSA (Art. 31 a 56)**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA**

## **GABINETE DO PREFEITO**

### **CAPÍTULO V DOS RESÍDUOS INDUSTRIAIS E MINERÁRIOS (Art. 57 a 62)**

### **CAPÍTULO VI DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (Art. 57 a 62)**

### **CAPÍTULO VII DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO**

#### **Seção I Dos Resíduos Provenientes de ETAs e ETEs ( Art. 74 a 76)**

### **CAPÍTULO VIII DOS RESÍDUOS GERADOS NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS (Art. 77 a 84)**

### **CAPÍTULO IX DOS RESÍDUOS PROVENIENTES DE AEROPORTOS, TERMINAIS RODOVIÁRIOS E FERROVIÁRIOS (Art. 85 a 89)**

### **CAPÍTULO X DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E RESÍDUOS VOLUMOSOS**

#### **Seção I Das Disposições Preliminares( Art. 90 e 91)**

#### **Seção II Das Responsabilidades ( Art. 92 e 94)**

#### **Seção III Dos Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil ( Art. 95 e 96)**

#### **Seção IV Da Destinação Final dos Resíduos da Construção Civil e dos Resíduos Volumosos (Art. 97)**

#### **Seção V Da Coordenação e Fiscalização (Art. 98 e 99)**

#### **Seção VI Das Infrações (Art. 100)**

### **CAPÍTULO XI DOS RESÍDUOS ESPECIAIS PÓS-CONSUMO**

#### **Seção I Das Disposições Preliminares( Art. 101 e 102)**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA**

## **GABINETE DO PREFEITO**

### **Seção II**

**Dos Produtos Tecnológicos ( Art. 103 a 105)**

### **Seção III**

**Dos Pneus ( Art. 106 a 113)**

### **Seção IV**

**Das Pilhas e Baterias ( Art. 114 a 116)**

### **Seção V**

**Dos Resíduos de Combustíveis, Óleos, Minerais e Congêneres ( Art. 117 a 125)**

### **Seção VI**

**Dos Resíduos de Óleo Vegetal ( Art. 126 e 127)**

### **Seção VII**

**Dos Resíduos de Tintas, Vernizes e Solventes ( Art. 128 a 130)**

## **CAPÍTULO XII**

**DO TRANSPORTE DE EFLUENTES ADVINDOS DE LIMPA FOSSA (Art. 131 a 133)**

## **TÍTULO IV**

**DOS MÉTODOS DE TRATAMENTO E DE DISPOSIÇÃO FINAL  
AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

### **CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS QUANTO À DISPOSIÇÃO FINAL (Art. 134 a 136)**

### **CAPÍTULO II**

**DA INCINERAÇÃO E DO COPROCESSAMENTO DE RESÍDUOS (Art. 137 a 139)**

### **CAPÍTULO III**

**DOS ATERROS (Art. 140 a 146)**

### **CAPÍTULO IV**

**DA RECICLAGEM (Art. 147)**

### **CAPÍTULO V**

**DAS UNIDADES DE COMPOSTAGEM (Art. 148)**

## **TÍTULO V**

**DAS PENALIDADES (ART. 149 a 154)**

## **TÍTULO VI**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (ART. 155 a 159)**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

### PROJETO DE LEI Nº 38, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2024.

Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), dispõe sobre a Política Municipal de Resíduos Sólidos, e dá outras providências.

**Art. 1º.** Esta Lei institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), nos termos do Anexo Único que a integra, que contém diretrizes destinadas a formular, aprovar, implantar, promover, executar e avaliar a gestão integrada dos resíduos sólidos no município, consoante com o que dispõe a Lei Federal n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como com o que dispõe a Lei Federal n.º 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

**Art. 2º.** O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) instituído por esta Lei é um processo permanente de planejamento para um horizonte de 20 (vinte) anos e será revisto periodicamente, no prazo não superior a 10 (dez) anos, e com base anterior à elaboração do Plano Plurianual do município.

**Art. 3º.** Fica também instituída a Política Municipal de Resíduos Sólidos, que estabelece as diretrizes para a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados no município de Santa Branca.

## TÍTULO I

### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 4º.** A Política Municipal de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Municipal, isoladamente ou em regime de cooperação com o Estado, com a União, com outros Municípios ou com particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

§ 1º Aplicam-se, no âmbito do município, os mesmos princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, classificação dos resíduos sólidos, definições, responsabilidades dos



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

geradores e do Poder Público e os instrumentos econômicos aplicáveis, tudo conforme Lei Federal n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010, e seu regulamento.

**Art. 5º** Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

### CAPÍTULO II

#### DA CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

**Art. 6º.** A determinação da classe dos resíduos, segundo a sua natureza, origem e periculosidade deverá ser feita conforme classificação contida na Política Nacional de Resíduos Sólidos e nas normas estabelecidas pelos órgãos componentes do SISNAMA.

Parágrafo único. Quando um resíduo não puder ser classificado nos termos da norma específica, o órgão de controle ambiental poderá estabelecer classificação provisória.

**Art. 7º.** Consideram-se resíduos especiais, no âmbito do município de Santa Branca:

- I** - pneus;
- II** - pilhas e baterias;
- III** - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio de luz mista;
- IV** - embalagens de tintas, solventes e óleos lubrificantes;
- V** - embalagens de agrotóxicos;
- VI** - equipamentos e componentes eletrônicos;
- VII** - medicamentos vencidos ou estragados em poder da população;
- VIII** - resíduos industriais de pequenas, médias e grandes empresas e/ou indústrias gerados durante o processo;
- IX** - aqueles cuja produção diária exceda a 100 (cem) litros diários ou os que, pela sua composição qualitativa ou quantitativa, exijam cuidados especiais no acondicionamento, coleta, transporte e disposição final, porque possuem características tóxicas, sendo vedada sua destinação em aterro sanitário domiciliar.

### CAPÍTULO III

#### DAS METAS E AÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

**Art. 8º.** Para alcançar os objetivos colimados na Política Nacional de Resíduos Sólidos, cabe ao Poder Público Municipal, em parceria com a iniciativa privada:

**I** - articular, potencializar e promover ações de prevenção à poluição para reduzir ou eliminar a geração de resíduos sólidos na fonte;

**II** - promover e assegurar ações de não geração, redução, reutilização, reciclagem, recuperação, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, com utilização adequada e racional dos recursos naturais;

**III** - incentivar pesquisas de tecnologias limpas e promover a incorporação de novas tecnologias de produção, com o objetivo de reduzir a geração de resíduos sólidos, bem como seus impactos ambientais negativos e sua periculosidade para a saúde pública;

**IV** - promover ações objetivando que os sistemas de coleta, transporte e disposição de resíduos sólidos sejam estendidos a todos e atendam aos princípios de regularidade, permanência, modicidade e sistematicidade, em condições sanitárias e de segurança;

**V** - incentivar a implantação gradativa da segregação dos resíduos sólidos na origem, visando ao reaproveitamento otimizado dos materiais para os quais exista viabilidade técnica de reaproveitamento;

**VI** - criar programas específicos que incentivem a implantação e ampliação, por parte do Poder Público Municipal, de sistemas de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos urbanos não-abrangidos pela coleta regular;

**VII** - promover e fomentar programas de capacitação dos técnicos que atuam na limpeza urbana;

**VIII** - estimular a autossustentabilidade econômica do sistema de limpeza urbana, mediante orientação para a criação e implantação de mecanismos de cobrança e arrecadação compatíveis com a capacidade de pagamento da população;

**IX** - incentivar a articulação institucional entre gestores, visando à capacitação e cooperação técnica e financeira, especialmente nas áreas de saneamento básico, meio ambiente e saúde pública, assim como incorporar os princípios do Estatuto das Cidades;

**X** - implementar a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, incentivando a formação de consórcios, quando viável, para tratamento, processamento e comercialização dos resíduos recicláveis, sem prejuízo do controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do SISNAMA, SNVS e SUASA;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

**XI** - implementar e induzir novas formas de disseminação de informações sobre perfil e impacto ambiental de resíduos de produtos e serviços, mediante análise de ciclo de vida e certificação ambiental;

**XII** - promover ações direcionadas à criação de mercados locais para os materiais recicláveis e reciclados e estimular a implantação de indústrias recicladoras de resíduos sólidos, bem como a instituição de associações ou cooperativas para essa finalidade;

**XIII** - incentivar a reutilização de produtos e a valorização dos resíduos sólidos, por meio da reciclagem de seus componentes, recuperação energética ou tratamento para fins de compostagem;

**XIV** - fomentar o consumo de produtos constituídos total ou parcialmente de material reciclado, inclusive pela própria Administração Pública;

**XV** - incentivar e promover ações que visem a reduzir o uso de embalagens, principalmente em produtos de consumo direto;

**XVI** - incentivar a criação de centrais integradas de tratamento para resíduos;

**XVII** - promover e exigir a recuperação das áreas degradadas ou contaminadas em razão de acidentes ambientais ou da disposição inadequada dos resíduos sólidos;

**XVIII** - exigir a elaboração e cumprimento de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos nos casos previstos em Lei;

**XIX** - elaborar e implantar em parceria com empresas privadas e organizações não-governamentais, programa municipal de capacitação de recursos humanos com atuação na área de saneamento básico;

**XX** - implantar programas de capacitação gerencial na área de resíduos sólidos;

**XXI** - incentivar a criação e o desenvolvimento de associações e ou cooperativas de catadores, classificadores e/ou associações de trabalhadores autônomos que realizam a coleta e separação de resíduos sólidos reutilizáveis ou recicláveis;

**XXII** - promover ações que conscientizem e disciplinem os cidadãos para o adequado uso do sistema de coleta de resíduos sólidos e da logística reversa;

**XXIII** - promover ações de coleta que reduzam as perdas de economia de escala do sistema de resíduos sólidos e contribuam para sua viabilidade econômica.

**§ 1º** O Poder Executivo Municipal:

**I** - buscará firmar parcerias com instituições voltadas ao desenvolvimento econômico, no sentido de viabilizar a implantação de uma incubadora de empresas voltadas ao reaproveitamento dos resíduos sólidos;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

**II** - incentivará e promoverá ações que visem a reduzir a poluição difusa por resíduos sólidos na zona urbana e rural;

**III** - poderá credenciar e autorizar fundações, cooperativas ou entidades associativas comunitárias de coletores de recicláveis e congêneres, a executar programas de recolhimento e reciclagem de resíduos sólidos seus rejeitos, observada a legislação em vigor;

**IV** - adotará políticas públicas voltadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, de modo a:

**a)** estimular a capacitação, a incubação e o fortalecimento institucional de cooperativas, bem como estimular a pesquisa voltada para sua integração nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

**b)** melhorar as condições de trabalho e sociais dos catadores.

**§ 2º** Para atender o disposto no inciso IV, do § 1º, o Poder Executivo Municipal poderá celebrar contratos, convênios ou outros instrumentos de colaboração com pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atuem diretamente com resíduos na forma de cooperativas ou outras formas de associação, observada a legislação vigente.

### TÍTULO II

#### DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS, EDUCACIONAIS E DE PLANEJAMENTO

#### CAPÍTULO I

#### DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

**Art. 9º.** A autossustentabilidade do modelo institucional de gestão de resíduos sólidos deverá estar centrada na utilização de instrumentos e incentivos econômicos adequados, cuja implementação seja viável a curto, médio e longo prazo.

**Art. 10º.** Poderão ser concedidos incentivos econômicos ao terceiro setor, às organizações de catadores de materiais recicláveis, bem como às instituições públicas e privadas que:

**I** - promovam preferencialmente práticas de prevenção à poluição e da minimização dos resíduos por meio da reutilização e recuperação;

**II** - estimulem, mediante programas específicos, a implantação de unidades de coleta, triagem, beneficiamento e reciclagem;

**III** - promovam a fabricação de produtos com alto rendimento, duráveis, recicláveis,  
Rua Prudente de Moraes, 93 Centro – Santa Branca – SP – CEP: 12380-000



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

reutilizáveis, retornáveis, passíveis de consertar, reaproveitáveis e que não sejam perigosos à saúde humana e ao ambiente;

**IV** - incentivem a pesquisa e a implementação de processos que utilizem as chamadas tecnologias limpas;

**V** - executem o sistema de logística reversa no município;

**VI** - trabalhem com materiais exclusivamente reciclados;

**VII** - dediquem suas atividades à limpeza urbana e a atividades a ela relacionadas;

**VIII** - implantem sistema de gerenciamento de resíduos sólidos.

**IX** - implantem sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

Parágrafo único. Os instrumentos de que trata este artigo poderão ser concedidos sob a forma de créditos especiais, deduções, isenções total ou parcial de tributos, tarifas diferenciadas, prêmios, cessão de terrenos públicos, subvenções, pagamento por serviços ambientais e demais modalidades especificamente estabelecidas na legislação pertinente.

## CAPÍTULO II

### DOS INSTRUMENTOS EDUCACIONAIS

**Art. 11º.** A educação ambiental na gestão dos resíduos sólidos é parte integrante da Política Municipal de Resíduos Sólidos e tem como objetivos o aprimoramento do conhecimento, dos valores, dos comportamentos e do estilo de vida da população.

**Art. 12º.** O Poder Executivo Municipal deverá:

**I** - incentivar atividades de caráter educativo e pedagógico, em colaboração com entidades do setor empresarial e da sociedade civil organizada;

**II** - promover a articulação da educação ambiental na gestão dos resíduos sólidos com a Política Nacional de Educação Ambiental;

**III** - realizar ações educativas voltadas aos fabricantes, importadores, comerciantes e distribuidores, com enfoque diferenciado para os agentes envolvidos direta e indiretamente com os sistemas de coleta seletiva e logística reversa;

**IV** - desenvolver ações educativas voltadas à conscientização dos consumidores com relação ao consumo sustentável e às suas responsabilidades no âmbito da responsabilidade compartilhada;

**V** - apoiar as pesquisas realizadas por órgãos oficiais, pelas universidades, por  
Rua Prudente de Moraes, 93 Centro – Santa Branca – SP – CEP: 12380-000



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

organizações não governamentais e por setores empresariais, bem como a elaboração de estudos, a coleta de dados e de informações sobre o comportamento do consumidor;

**VI** - elaborar e implementar planos de produção e consumo sustentável;

**VII** - promover a capacitação dos gestores públicos para que atuem como multiplicadores nos diversos aspectos da gestão integrada dos resíduos sólidos;

**VIII** - divulgar os conceitos relacionados com a coleta seletiva, com a logística reversa, com o consumo consciente e com a minimização da geração de resíduos sólidos.

**Art. 13º.** As ações de educação ambiental não excluem as responsabilidades dos fornecedores referentes ao dever de informar o consumidor para o cumprimento dos sistemas de logística reversa e coleta seletiva instituídos.

### CAPÍTULO III

#### DOS PLANOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Art. 14º.** Os grandes geradores como supermercados, atacadistas e shoppings, além dos descritos no art. 20 da Lei Federal n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010, deverão elaborar seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, submetendo-os a aprovação dos órgãos municipais competentes, constituindo-se num dos condicionantes a expedição e/ou renovação da licença de localização e do alvará de funcionamento.

Parágrafo único. Serão considerados grandes geradores de resíduos sólidos urbanos os que gerarem resíduos da Classe 2, conforme a ABNT NBR 10004:2004, com volume superior a 200 (duzentos) litros diários ou massa superior a 100 (cem) quilogramas diários;

**Art. 15º.** Os planos de gerenciamento de resíduos sólidos a serem elaborados deverão seguir as diretrizes estabelecidas nas normas federais e estaduais, além das estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos deverá ser submetido previamente à apreciação do órgão de controle ambiental, de saúde e de gestão de resíduos, no âmbito de suas respectivas competências, sem prejuízos de outros conforme o interesse.

§ 2º Os órgãos administrativos municipais poderão ampliar as atividades sujeitas à elaboração do plano de gerenciamento de resíduos sólidos contidas na presente Lei ou na legislação federal e estadual.

**Art. 16º.** O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

de licenciamento ambiental, cabendo à autoridade administrativa competente aprová-lo quando o empreendimento ou atividade não estiver sujeito a licenciamento ambiental.

**Art. 17º.** No processo de aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos será assegurada, conforme o caso:

**I** - a utilização dos subprodutos e resíduos de valor econômico não descartados, de origem animal ou vegetal (Leis Federais n.º 8.171/1991 e n.º 9.972/2000), como insumos de cadeias produtivas;

**II** - o aproveitamento de biomassa na produção de energia e o rerrefino de óleos lubrificantes usados, nos termos da legislação vigente;

**III** - a participação de cooperativas ou associação de catadores de materiais recicláveis quando:

**a)** houver capacidade técnica e operacional de realizar o gerenciamento dos resíduos sólidos;

**b)** for economicamente viável;

**c)** não houver conflito com a segurança operacional do empreendimento.

**§ 1º** As microempresas e empresas de pequeno porte que gerem apenas resíduos sólidos domiciliares ou equiparados pelo Poder Público Municipal, ficam dispensadas da apresentação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

**§ 2º** As disposições contidas no § 1º não se aplicam às microempresas e empresas de pequeno porte geradoras de resíduos perigosos.

**Art. 18º.** Os responsáveis pelo plano de gerenciamento de resíduos sólidos deverão disponibilizar aos órgãos municipais competentes, com periodicidade anual, informações completas e atualizadas sobre a implantação e operacionalização do plano sob sua responsabilidade, consoante as regras do SINIR, por meio eletrônico.

**Art. 19º.** Aplicam-se as diretrizes contidas na legislação nacional relativas ao plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

### CAPÍTULO IV

#### DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES

**Art. 20º.** O município organizará e manterá, juntamente com os demais entes federativos, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR),



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

articulado com o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, com o SINISA e o SINIMA, na forma da legislação federal.

Art. 21º. Os órgãos municipais competentes para a elaboração do plano municipal de saneamento básico e todos os sujeitos à elaboração do plano de gerenciamento de resíduos sólidos deverão enviar anualmente informações qualitativas e quantitativas sobre a gestão de resíduos sólidos ao órgão municipal ambiental, para posterior divulgação ao SINISA.

Art. 22º. Fica assegurado ao público em geral, o acesso às informações relativas aos resíduos sólidos existentes nos bancos de dados dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta do município.

### TÍTULO III

#### DA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 23º. A gestão dos resíduos sólidos é responsabilidade do Poder Público e de toda a sociedade.

Art. 24º. A gestão dos resíduos sólidos observará as diretrizes e responsabilidades da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com as peculiaridades locais contidas na presente Lei.

Art. 25º. Os geradores de resíduos sólidos deverão adotar medidas que promovam a redução da geração de resíduos, na forma prevista nos respectivos planos de resíduos sólidos e nas demais normas aplicáveis.

Art. 26º. As empresas instaladas ou que venham a se instalar no município são responsáveis pelo acondicionamento, estocagem, transferência, tratamento e disposição final de seus resíduos, respondendo pelos danos que estes causem ou possam causar ao meio ambiente.

Art. 27º. As unidades geradoras e receptoras de resíduos sólidos deverão ser projetadas, implantadas e operadas em conformidade com a legislação e com a regulamentação pertinentes, devendo ser monitoradas e ter suas atividades encerradas caso não estejam de acordo com o projeto previamente aprovado pelo órgão de controle ambiental.

§ 1º As unidades referidas no caput deste artigo deverão:

I - ter um técnico habilitado responsável pelo gerenciamento dos resíduos;

II - estarem devidamente licenciadas pelo Poder Público;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

**III** - conferir a correta e ambientalmente segura gestão do resíduo recebido.

§ 2º A responsabilidade do receptor de resíduos persiste após a desativação do local como unidade receptora.

### CAPÍTULO II

#### DAS PROIBIÇÕES

**Art. 28º.** Ficam proibidas as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

**I** - lançamento in natura ao ar livre;

**II** - queimada ao ar livre ou em instalações, caldeiras ou fornos, sem autorização do órgão ambiental competente;

**III** - lançamento ou disposição em mananciais e em suas áreas de drenagem, cursos d'água, lagoas, áreas de várzea, terrenos baldios, cavidades subterrâneas, poços e cacimbas, mesmo que abandonadas, em áreas de preservação permanente e em áreas sujeitas a inundação, conforme avaliação do órgão ambiental competente;

**IV** - lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telefone, bueiros e assemelhados;

**V** - infiltração no solo, sem projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental;

**VI** - armazenamento em edificação inadequada;

**VII** - utilização de resíduos perigosos como matéria-prima e fonte de energia, bem como a sua incorporação em materiais, substâncias ou produtos, sem prévia aprovação do órgão de controle ambiental;

**VIII** - utilização para alimentação humana;

**IX** - utilização para alimentação animal em desacordo com as normas ambientais competentes;

**X** - a utilização de resíduos sólidos in natura como insumo agrícola;

**XI** - tratamento e disposição final de resíduos sólidos em áreas de segurança aeroportuária, conforme definido em legislação pertinente.

§ 1º Em situações excepcionais de emergência sanitária, o órgão de controle ambiental poderá autorizar a queima de resíduos ao ar livre ou outra forma de tratamento que utilize tecnologia alternativa.

§ 2º A acumulação temporária de resíduos sólidos de qualquer natureza somente será  
Rua Prudente de Moraes, 93 Centro – Santa Branca – SP – CEP: 12380-000



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

tolerada caso não ofereça risco de poluição ambiental e mediante autorização do órgão de controle ambiental.

§ 3º Para os fins prévios no parágrafo anterior, entende-se por acumulação temporária a manutenção e o controle de estoque de resíduos gerados, até a sua destinação, em conformidade com as normas técnicas estabelecidas pelo órgão de controle ambiental.

§ 4º Os prazos e condições para armazenamento temporário serão especificados pelo órgão ambiental municipal.

### CAPÍTULO III

#### DA POLÍTICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

**Art. 29º.** As entidades e os órgãos da administração pública optarão, preferencialmente, nas suas compras e contratações, pela aquisição de produtos de reduzido impacto ambiental negativo, que economizem energia, água e outros recursos naturais, que sejam duráveis, não-perigosos, reciclados, recicláveis e passíveis de reaproveitamento, que não tenham ou tenham emissão reduzida de gases de efeito estufa e de resíduos, devendo especificar essas características na descrição das licitações, observadas as formalidades legais.

**Art. 30º.** As entidades e os órgãos da administração pública priorizarão a contratação de bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

### CAPÍTULO IV

#### DOS PROCEDIMENTOS DE COLETA SELETIVA, TRANSPORTE DE RESÍDUOS E LOGÍSTICA REVERSA

**Art. 31º.** O Poder Executivo Municipal implantará a coleta seletiva e fiscalizará o sistema de logística reversa de resíduos sólidos no município de Santa Branca, conforme regulamento específico.

**Art. 32º.** Com exceção dos resíduos especiais, a coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos constitui serviço público prestado pelo município, diretamente ou mediante concessão.

Parágrafo único. As etapas de transporte, armazenamento, transbordo, tratamento ou destinação final de rejeitos de resíduos especiais sob a responsabilidade privada que



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

eventualmente vierem a ser prestadas pelo Poder Público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis.

**Art. 33º.** Os usuários do sistema de coleta e transporte de resíduos deverão observar às seguintes diretrizes, sem prejuízo do atendimento às normas estabelecidas na legislação federal:

I - os resíduos sólidos, independentemente de sua classificação, devem ser acondicionados de maneira a evitar que haja vazamentos ou que venham a causar lesões ao funcionário da coleta de resíduos;

II - a parte orgânica dos resíduos urbanos deverá ser separada dos inorgânicos e estes deverão ser separados de acordo com as orientações do Poder Público Municipal.

Parágrafo único. Fica proibida, ao usuário, a disponibilização de material para coleta pelo sistema público de resíduos para o qual exista um sistema de retorno obrigatório instituído por Lei.

**Art. 34º.** Os resíduos sólidos domiciliares, visando à coleta seletiva, serão, para fins de transporte, acondicionados em sacos plásticos ou em outras embalagens descartáveis, de modo que facilitem o manuseio do coletor, assim como devidamente separados em:

I - resíduos sólidos orgânicos ou úmidos;

II - resíduos sólidos secos ou recicláveis.

Parágrafo único. Não poderão ser acondicionados aos resíduos sólidos domiciliares materiais explosivos ou tóxicos em geral, assim como pilhas, lâmpadas, baterias, tintas, solventes, medicamentos. Para estes, deverão ser observados os acordos setoriais para logística reversa estabelecidos.

**Art. 35º.** Os serviços regulares de coleta seletiva e transporte de resíduos domiciliares processar-se-ão em dias e horários previamente definidos pelo Poder Público, divulgados amplamente pelos meios de comunicação, em observância às disposições desta Lei.

**Art. 36º.** O gerenciamento dos resíduos provenientes do comércio e de serviços cujas quantidades sejam superiores àquelas estabelecidas para a coleta dos resíduos pela Municipalidade, são de responsabilidade dos comerciantes e prestadores de serviços.

**Art. 37º.** Considerar-se-á em condições regulares, para fins de coleta seletiva e transporte, os resíduos sólidos acondicionados na forma estabelecida nesta Lei, no seu regulamento aprovado pelo Poder Executivo e nos planos específicos de gerenciamento de resíduos sólidos quando for o caso.

**Art. 38º.** Os condomínios, residenciais e comerciais ficam obrigados a instalarem áreas ou caixas coletoras de material reciclável, nos padrões das Resoluções dos órgãos



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

normativos do SISNAMA.

**Art. 39º.** Os consumidores e a população do município em geral são obrigados a:

- I - acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;
- II - disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para a coleta ou devolução.

§ 1º Os resíduos sólidos, a partir do momento em que são apresentados à coleta de forma adequada, constituem responsabilidade exclusiva do município para efeito de coleta e destinação final.

§ 2º A não disposição adequada pelas pessoas físicas ou jurídicas para a coleta dos resíduos sólidos não as isenta da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

**Art. 40º.** A responsabilidade do gerador não exime a do transportador e do receptor do resíduo pelos incidentes que causem degradação ambiental ocorridos, respectivamente, durante o transporte ou em suas instalações.

Parágrafo único. A responsabilidade administrativa do gerador pelos incidentes ocorridos durante o transporte ou nas instalações de tratamento, recuperação, reciclagem ou disposição dos resíduos somente cessará nos casos em que a transferência dos resíduos, àqueles terceiros, tenha sido previamente autorizada pelo órgão de controle ambiental e realizada na forma e condições preestabelecidas.

**Art. 41º.** O transportador de resíduos sólidos é responsável pelo transporte, em condições que garantam a segurança do pessoal envolvido, a preservação ambiental e a saúde pública, bem como pelo cumprimento da legislação pertinente.

**Art. 42º.** Cabe ao Poder Público Municipal atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o Poder Público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do caput.

**Art. 43º.** A contratação da empresa ou pessoa não autorizada ou licenciada pela autoridade competente acarreta a responsabilização solidária de todos os que tenham participado do evento poluidor.

**Art. 44º.** Os geradores de resíduos sólidos, seus sucessores ou atuais proprietários serão responsáveis pela recuperação das áreas degradadas ou contaminadas pelos resíduos, bem como pelo passivo oriundo da desativação de unidade geradora, em conformidade com as



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

exigências estabelecidas pelo órgão de controle ambiental.

**Art. 45º.** Os derramamentos, vazamentos ou despejos acidentais de resíduos deverão ser comunicados, por qualquer dos responsáveis, imediatamente após o ocorrido, ao órgão de controle ambiental e de saúde pública competentes.

Parágrafo único. O gerador do resíduo derramado, vazado ou despejado acidentalmente deverá fornecer, quando solicitado pelo órgão ambiental competente, todas as informações relativas à quantidade, composição, classificação e periculosidade do referido material, bem como adotar os procedimentos para a contenção de vazamentos, de desintoxicação e de descontaminação, quando for o caso.

**Art. 46º.** Os resíduos sólidos secos coletados seletivamente serão destinados a entidades sem fins lucrativos, ou cooperativas de coletores de resíduos sólidos recicláveis, que atuem no município e possuam infraestrutura adequada para recepção dos resíduos, desde que devidamente credenciadas junto ao Poder Executivo Municipal.

**Art. 47º.** Sem prejuízo da regular prestação do serviço público de coleta seletiva, remoção e destinação final adequada de resíduos sólidos, os resíduos sólidos secos recicláveis poderão ser coletados diretamente por catadores, associados ou organizados em grupos por bairros, observados os métodos adequados para transporte e disposição final e conforme regulamento específico do Poder Executivo Municipal.

**Art. 48º.** O Poder Executivo Municipal, em conjunto com a sociedade civil, desenvolverá ações e adoção de hábitos corretos de limpeza pública, coleta seletiva e preservação do meio ambiente, objetivando formar a consciência ambiental de cidadania participativa.

Parágrafo único. Para dar cumprimento ao disposto no caput serão adotadas as seguintes providências:

- I - campanhas educativas através dos meios de comunicação de massa;
- II - produção e distribuição de material de orientação como cartilhas, folhetos, cartazes, filmes, vídeos e outros;
- III - cursos de formação continuadas para agentes multiplicadores;
- IV - informação, através da educação formal e informal, sobre coleta seletiva, materiais recicláveis e biodegradáveis;
- V - realização de atividades recreativas, culturais e esportivas em praças, escolas, locais públicos e outros, objetivando a educação ambiental;
- VI - convênios com organizações governamentais e não-governamentais, associações de moradores, cooperativas, escolas, postos de saúde, igrejas, clubes de serviços e meios de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

comunicação, visando a divulgação dos princípios de coleta seletiva de resíduos sólidos e da reciclagem de materiais.

**Art. 49º.** O Poder Executivo Municipal poderá construir ou locar galpões, de acordo com o zoneamento do município, em bairros estrategicamente localizados, objetivando a ampliação dos postos já existentes de recepção e seleção de material reciclável, contribuindo, deste modo, com a geração de empregos e renda, beneficiando inúmeras famílias que dependem de coleta destes materiais.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no caput, o Poder Executivo Municipal priorizará a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 2º O Poder Executivo Municipal poderá designar equipe técnica de profissionais da área de saúde, psicologia, administração, serviço social e pedagogia para:

I - acompanhar o processo de organização das associações ou cooperativas de coletores de materiais recicláveis;

II - a elaboração ou encaminhamentos a cursos de formação, alfabetização e gestão;

III - acompanhar a saúde dos trabalhadores;

IV - a realização de trabalhos terapêuticos objetivando o resgate da autoestima, da convivência comunitária e outros.

**Art. 50º.** O Poder Executivo Municipal definirá a colocação de Pontos de Entrega Voluntária (PEV), para variados tipos de resíduos sólidos, proporcionando a coleta de diferentes tipos de materiais separadamente.

**Art. 51º.** Os resíduos perigosos deverão ser coletados mediante operações específicas, diferenciadas da coleta dos resíduos urbanos, e encaminhado para as unidades de tratamento.

Parágrafo único. O gerador deverá obter autorização específica para o transporte de resíduos perigosos.

**Art. 52º.** Nos termos da legislação federal, os instrumentos para a implementação e operacionalização da logística reversa são acordos setoriais, regulamentos ou termos de compromisso.

**Art. 53º.** Os acordos setoriais com menor abrangência geográfica pode ampliar, mas não abrandar as medidas de proteção ambiental daqueles firmados com maior abrangência geográfica.

**Art. 54º.** Os sujeitos responsáveis pela realização da logística reversa a viabilizarão no limite da proporção dos produtos que colocarem no mercado interno, conforme metas



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

progressivas, intermediárias e finais a serem estabelecidas.

Parágrafo único. Com exceção dos consumidores, todos os sujeitos responsáveis pela realização da logística reversa manterão, atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

**Art. 55º.** Na implementação e operacionalização do sistema de logística reversa será priorizada a participação de cooperativas ou outras formas de associações de catadores de materiais recicláveis ou reutilizáveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.

**Art. 56º.** Se o município se encarregar de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens, essas ações serão devidamente remuneradas ao Poder Público, na forma previamente acordada entre as partes por acordo setorial ou termo de compromisso.

### CAPÍTULO V

#### DOS RESÍDUOS INDUSTRIAIS E MINERÁRIOS

**Art. 57º.** O gerenciamento dos resíduos industriais e minerários, desde a geração até a disposição final, será feito de forma a atender os requisitos de proteção ambiental e de saúde pública.

Parágrafo único. As unidades geradoras de que trata este artigo devem buscar soluções que possibilitem a não geração, a prevenção à poluição, à reutilização, à reciclagem e à redução da periculosidade desses resíduos.

**Art. 58º.** Compete aos geradores de resíduos industriais e minerários a responsabilidade pelo seu gerenciamento, desde a sua geração até a sua disposição final, incluindo:

- I - a separação e coleta interna dos resíduos, de acordo com as suas classes e características;
- II - o acondicionamento, identificação e transporte interno adequado dos resíduos, se for o caso;
- III - a manutenção de áreas para sua operação e armazenagem;
- IV - a apresentação dos resíduos à coleta externa, quando cabível, de acordo com as normas pertinentes e na forma exigida pelas autoridades competentes;

V - o transporte externo, tratamento e destinação dos resíduos, na forma exigida pela



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

legislação pertinente.

**Art. 59º.** O plano de gerenciamento dos resíduos sólidos a ser elaborado pelos setores industriais e minerários deverá priorizar soluções integradas, podendo prever:

**I** - a destinação em centrais integradas de tratamento para múltiplos resíduos;

**II** - a implantação de Bolsas de Resíduos, objetivando o reaproveitamento e o gerenciamento eficiente dos resíduos sólidos.

**Art. 60º.** O Poder Executivo Municipal deverá criar programas específicos que incentivem os setores produtivos a implantarem sistemas integrados de tratamento e disposição final de resíduos industriais.

**Art. 61º.** Os resíduos industriais deverão ser coletados e tratados adequadamente, não permitindo que os resíduos gerados por processos produtivos sejam destinados diretamente à rede pública de coleta de esgotamento sanitário.

**Art. 62º.** A fiscalização do manejo dos resíduos industriais deverá respeitar a observância de métodos que assegurem as melhores tecnologias para proteção ambiental e saúde do trabalhador.

### CAPÍTULO VI

#### DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

**Art. 63º.** Para os efeitos desta Lei, são considerados resíduos de serviços de saúde os provenientes de hospitais, maternidades, prontos-socorros, sanatórios, clínicas médicas e veterinárias, casas de saúde, ambulatórios, postos de atendimento médico, postos e centros de saúde pública, consultórios médicos e odontológicos, centros de hemodiálise, banco de sangue, farmácias e drogarias.

Parágrafo único. Equiparam-se a resíduos de serviços de saúde, para os efeitos desta Lei, os decorrentes de serviços veterinários, laboratórios de análises clínicas e patologia, laboratórios de saúde animal, centros de pesquisa, desenvolvimento, experimentação e produção na área de farmacologia e saúde humana e animal, os serviços de medicina legal e anatomia patológica, os biotérios e qualquer outra unidade que execute atividades de natureza médico-assistencial, os provenientes de barreiras sanitárias, necrotérios e funerárias e os medicamentos e imunoterápicos vencidos ou deteriorados.

**Art. 64º.** Compete aos serviços de saúde a responsabilidade pelo gerenciamento



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

completo de seus resíduos, de acordo com as peculiaridades dos serviços por eles oferecidos, desde sua geração até a disposição final, conforme plano de gerenciamento de resíduos sólidos de serviços de saúde.

Parágrafo único. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos de serviços de saúde a ser elaborado pelo gerador dos resíduos e de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos do SISNAMA, SNVS e SUASA se constitui no documento integrante do processo de licenciamento ambiental e deverá contemplar os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, bem como a eliminação dos riscos, proteção à saúde pública e ao ambiente.

**Art. 65º.** O importador, o fabricante, o distribuidor e o comerciante de remédios, bem como os prestadores de serviços de saúde, são solidariamente responsáveis pela coleta dos resíduos especiais resultantes dos produtos vencidos ou considerados, por decisão das autoridades competentes, inadequados ao consumo.

**Art. 66º.** Garantida a eliminação de patogenicidade dos resíduos de saúde infectantes, conforme procedimentos estabelecidos em legislação própria, estes poderão ser equiparados a resíduos domiciliares para fins de coleta especial e disposição final ambientalmente adequada.

Parágrafo único. Devem ser observados princípios que conduzam à reciclagem dos materiais que compõem estes resíduos, objetivando a sua redução.

**Art. 67º.** É obrigatória a segregação dos resíduos na fonte e no momento da geração, de acordo com suas características, para fins de redução do volume dos resíduos a serem tratados e dispostos, garantindo a proteção da saúde e do meio ambiente.

Parágrafo único. É proibido o descarte de medicamentos em pias ou vasos sanitários que estejam ligados ao sistema de esgoto sanitário.

**Art. 68º.** Os efluentes líquidos provenientes dos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, para serem lançados na rede pública de esgoto ou em corpo receptor, devem atender às diretrizes estabelecidas pelo órgão ambiental, gestor de recursos hídricos e de saneamento competentes.

**Art. 69º.** As farmácias e drogarias no município ficam obrigadas a possuir locais seguros para recolhimento temporário de medicamentos e insumos farmacêuticos em desuso, reprovados, vencidos, bem como das embalagens vítreas dos produtos utilizados, chamados de ecopontos, com coletor específico para esse tipo de embalagem, evitando a sua mistura com outros tipos de resíduos de medicamentos.

§ 1º Com o objetivo de aprimorar o processo de coleta e destinação final adequada  
Rua Prudente de Moraes, 93 Centro – Santa Branca – SP – CEP: 12380-000



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

dos medicamentos referidos no caput, as farmácias e drogarias devem:

**I** - afixar placas alertando os consumidores sobre o perigo do descarte de tais produtos em locais inadequados e colocar pontos a receber o resíduo no estabelecimento;

**II** - incentivar os consumidores a entregarem os resíduos de medicamentos nos pontos de coleta;

**III** - desenvolver ações para a articulação dos diferentes agentes da cadeia de coleta e destinação adequada e segura de resíduos de medicamentos.

§ 2º Os resíduos de medicamentos deverão ser armazenados e segregados no estabelecimento, conforme estabelecido no respectivo plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, observado o sistema da logística reversa quanto à sua destinação final.

**Art. 70º.** As farmácias e drogarias poderão firmar com o Poder Público Municipal acordos setoriais ou termos de compromisso visando operacionalizar o sistema e o fluxo de coleta dos resíduos nos ecopontos até as unidades de armazenamento ou transbordo.

Parágrafo único. O transporte de resíduos de serviços de saúde considerados perigosos deverá vir acompanhado de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e estar a transportadora e as unidades de armazenamento e transbordo devidamente licenciadas junto ao órgão ambiental competente.

**Art. 71º.** Os geradores de resíduos dos serviços de saúde ficam obrigados a comprovar, anualmente, a destinação final do passivo gerado ou adquirido, conforme o plano de gerenciamento de resíduos de serviço de saúde para cada estabelecimento.

Parágrafo único. A comprovação da destinação deverá ser feita perante o órgão ambiental competente.

**Art. 72º.** O Poder Executivo Municipal exigirá e fiscalizará a implantação de unidades de recolhimento e reciclagem dos resíduos de serviços de saúde, bem como a utilização alternativa de maneira ambientalmente correta dos referidos resíduos.

**Art. 73º.** O Poder Executivo Municipal realizará campanha esclarecendo sobre os riscos que os resíduos de serviços de saúde representam ao meio ambiente e à população, orientando sobre a destinação ambientalmente correta de tais produtos.

### CAPÍTULO VII

#### DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

##### Seção I

##### Dos Resíduos Provenientes de ETAs e ETEs



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

**Art. 74º.** Os geradores de resíduos provenientes das Estações de Tratamento de Água (ETAs) e das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) e dos caminhões utilizados na limpeza de fossas, serão responsáveis por sua coleta, acondicionamento, transporte, tratamento e disposição final ambientalmente adequada.

Parágrafo único. O órgão de controle ambiental deverá diligenciar para que, sempre que possível, sejam adotadas alternativas de reaproveitamento e reciclagem dos resíduos de que trata esse capítulo.

**Art. 75º.** O plano de gerenciamento de resíduos sólidos a ser elaborado pelos geradores de resíduos provenientes das ETAs, das ETEs e dos caminhões utilizados na limpeza de fossas deverá conter, além do conteúdo mínimo previsto na Lei Federal n.º 12.305/2010:

- I** - estimativa de produção e qualidade de lodo;
- II** - diagnóstico da estrutura disponível para gestão do lodo nas ETEs e de águas residuárias;
- III** - adequações na estrutura das ETEs para viabilizar o gerenciamento adequado do lodo, tais como área de armazenagem, sistemas de estabilização, secagem e higienização;
- IV** - alternativa de disposição final, incluindo o sistema de transporte do lodo, quando a disposição final não for efetuada na própria estação;
- V** - definição do sistema de automonitoramento da qualidade do lodo gerado e dos impactos potenciais da alternativa de disposição final adotada.

**Art. 76º.** Os órgãos competentes deverão fiscalizar e fazer cumprir os parâmetros ambientais, agrônômicos e sanitários para a utilização agrícola do lodo, de forma a assegurar a adequação do produto final.

### CAPÍTULO VIII

#### DOS RESÍDUOS GERADOS NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS

**Art. 77º.** Resíduos rurais são aqueles provenientes da atividade agropastoril ou demais atividades rurais, bem como os resíduos dos respectivos insumos, incluindo os agrotóxicos e afins, de acordo com a tipificação estabelecida na legislação própria, vencidos, proibidos, apreendidos ou classificados como perigosos, bem como as suas respectivas embalagens.

Parágrafo único. Aplicam-se as disposições deste capítulo para os insumos e resíduos rurais quando gerados nos estabelecimentos urbanos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

**Art. 78º.** É de responsabilidade dos estabelecimentos rurais o gerenciamento dos resíduos por eles gerados, obedecidas às normas sobre os resíduos de agrotóxicos vencidos, proibidos, apreendidos, classificados como perigosos, bem como suas embalagens.

**Art. 79º.** Os geradores de resíduos sólidos oriundos da classificação ou industrialização de produtos de origem vegetal que possam oferecer riscos de contaminação por pragas ou moléstias, deverão submetê-los a processo de descontaminação específica, a critério do órgão ambiental competente, devendo sua disposição final ser licenciada pelo órgão do SISNAMA.

**Art. 80º.** O fabricante, o importador, o distribuidor ou o comerciante de insumos agrícolas ou dos agrotóxicos e afins, de acordo com a tipificação estabelecida na legislação própria, vencidos, proibidos, apreendidos, classificados como perigosos, bem como as suas embalagens são responsáveis por sua coleta, transporte e disposição final, na forma prevista na legislação pertinente.

**Art. 81º.** A destinação dos resíduos decorrentes da atividade rural deverá estar prevista no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, a ser elaborado pelos geradores, fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, na forma definida pelo órgão competente de regulação dos resíduos rurais.

**Art. 82º.** Os usuários de agrotóxicos e afins deverão acondicionar e disponibilizar adequadamente a devolução das embalagens vazias dos produtos e dos produtos impróprios para utilização ou em desuso aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, de acordo com as instruções previstas nas respectivas contratações de venda e compra, sob pena de assumirem responsabilidade solidária com o fornecedor pelo gerenciamento desses resíduos, de acordo com a legislação específica.

**Art. 83º.** As indústrias recicladoras ou processadoras de embalagens de agrotóxicos deverão ser devidamente licenciadas pelo órgão de controle ambiental, para o processamento de embalagens vazias e tríplice lavadas de agrotóxicos.

**Art. 84º.** É responsabilidade do gerador/fornecedor os dados relativos às quantidades e composição, periculosidade e procedimentos de desintoxicação e descontaminação dos agrotóxicos e afins aos responsáveis pela coleta, transporte, tratamento e destino final dos resíduos, bem como aos órgãos de meio ambiente.

§ 1º Se, após avaliação, as cargas descritas no caput forem consideradas resíduos, deverão ser submetidas aos procedimentos definidos pelas autoridades competentes.

§ 2º São solidariamente responsáveis pelo transporte, tratamento e disposição final



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

das cargas consideradas resíduos o vendedor, o exportador, o comprador ou destinatário, o importador, o transportador, o embarcador e o agente que os represente.

§ 3º Se o gerenciamento das cargas mencionadas neste artigo for efetuado pelo Poder Público Municipal, as respectivas despesas deverão ser ressarcidas pelos responsáveis.

### CAPÍTULO IX

#### DOS RESÍDUOS PROVENIENTES DE AEROPORTOS, TERMINAIS RODOVIÁRIOS E FERROVIÁRIOS

**Art. 85º.** Compete às administrações dos aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários a responsabilidade pelo gerenciamento dos resíduos por eles gerados, de maneira a atender às exigências legais pertinentes.

**Art. 86º.** Os resíduos gerados a bordo de unidades de transporte, provenientes de áreas endêmicas definidas pelas autoridades de saúde pública competentes, os resíduos sólidos provenientes de serviço de atendimento médico e os animais mortos a bordo serão considerados, com vistas ao manejo e tratamento, como resíduos infectados de serviços de saúde.

**Art. 87º.** Os resíduos provenientes das áreas de manutenção de unidades de transporte, de depósitos de combustíveis, de armazenagem de cargas, áreas de treinamento contra incêndio ou similares, que apresentem risco à saúde pública ou ao ambiente devido às suas características, deverão ser gerenciados como resíduos perigosos, nos termos desta Lei e demais normas aplicáveis.

**Art. 88º.** Os resíduos gerados a bordo de unidades de transporte e suas respectivas estruturas de apoio provenientes de áreas não-endêmicas poderão ser enquadrados como resíduos sólidos urbanos, para efeito de manuseio e disposição final.

**Art. 89º.** As cargas deterioradas, contaminadas, fora de especificação, apreendidas pela fiscalização sanitária ou por outro órgão governamental ou abandonadas nos aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários, e outras estruturas de apoio, bem como nas unidades de transporte, serão, até que se manifestem o órgão de controle ambiental e de saúde pública competentes, consideradas como fontes potenciais de risco ao ambiente e à saúde pública.

§ 1º Se após a avaliação as cargas descritas no caput forem consideradas resíduos, deverão ser submetidas aos procedimentos definidos pelas autoridades competentes.

§ 2º Os aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários deverão manter áreas que



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

permitam o armazenamento seguro das cargas deterioradas, contaminadas, fora de especificação, apreendidas pela fiscalização sanitária ou abandonadas.

§ 3º São solidariamente responsáveis pelo transporte, tratamento e disposição final das cargas consideradas resíduo o vendedor, o exportador, o comprador ou destinatário, o importador, o transportador, o embarcador e o agente que os represente.

§ 4º Se o gerenciamento das cargas mencionadas neste artigo for efetuado pelo Poder Público Municipal, as respectivas despesas deverão ser ressarcidas pelos responsáveis.

### CAPÍTULO X

#### DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E RESÍDUOS VOLUMOSOS

##### Seção I

##### Das Disposições Preliminares

**Art. 90º.** Para efeito do disposto nesta lei, ficam estabelecidas as seguintes definições:

**I** - resíduos de construção civil: são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos. Devem ser classificados, conforme normatização do SISNAMA, nas Classes A, B, C e D;

**II** - resíduos volumosos: são os resíduos provenientes de processos não industriais, constituídos basicamente por material volumoso não removido pela coleta pública municipal rotineira, como móveis e equipamentos domésticos inutilizados, grandes embalagens e peças de madeira, resíduos vegetais provenientes da manutenção de áreas verdes públicas ou privadas, e outros;

**III** - lixo seco reciclável: resíduos secos provenientes de residências ou de qualquer outra atividade que gere resíduos com características domiciliares ou a estes equiparados, constituído principalmente por embalagens;

**IV** - geradores de resíduos volumosos: pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias, locatárias ou ocupantes de imóvel em que sejam gerados resíduos volumosos;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

**VI** - pontos de entrega voluntária: equipamentos destinados ao recebimento de diversos tipos de resíduos, dentre eles os resíduos da construção civil e resíduos volumosos limitados a 1 (um) metro cúbico, gerados e entregues pelos munícipes, podendo ainda ser coletados e entregues por pequenos coletores diretamente contratados pelos geradores, equipamentos esses que, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, deverão ser usados para a triagem de resíduos recebidos, posterior coleta diferenciada e remoção para adequada disposição;

**VII** - aterros de resíduos de construção civil: áreas onde serão empregadas técnicas de disposição de resíduos da construção civil de Classe A no solo, visando a reservação de materiais de forma segregada, possibilitando seu uso futuro e/ou ainda, a disposição destes materiais, com vistas à futura utilização da área, empregando princípios de engenharia para confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente;

**VIII** - agregados: material granular proveniente do beneficiamento de resíduos de construção civil de natureza mineral (concreto, argamassas, produtos cerâmicos e outros), designados como Classe A pela legislação específica, que apresenta características técnicas adequadas para aplicação em obras de edificação ou infraestrutura.

Parágrafo único. Aplicam-se à presente Lei as demais definições contidas nas Resoluções do SISNAMA.

**Art. 91º.** Os geradores deverão ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 1º Os resíduos da construção civil e os resíduos volumosos não poderão ser dispostos em aterros sanitários e em áreas protegidas por Lei.

§ 2º A disposição em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos, em passeios, vias e outras áreas públicas obedecerão a legislação que rege o licenciamento ambiental.

### Seção II

#### Das Responsabilidades

**Art. 92º.** Os geradores de resíduos da construção civil são os responsáveis pelos resíduos das atividades de construção, reforma, reparos e demolições, bem como por aqueles



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

resultantes da remoção de vegetação e escavação de solos.

Lei: § 1º Consideram-se geradores de resíduos da construção civil para os efeitos desta

- I - o proprietário do imóvel e/ou do empreendimento;
- II - o ocupante, o locatário e/ou o síndico do imóvel;
- III - o construtor ou empresa construtora, bem como qualquer pessoa que tenha poder de decisão na construção ou reforma;
- IV - as empresas e/ou pessoas que prestem serviços de coleta, transporte e/ou disposição de resíduos da construção civil;
- V - o responsável legal do proprietário do imóvel ou responsável técnico da obra;
- VI - o motorista e/ou o proprietário do veículo transportador;
- VII - o dirigente legal da empresa transportadora;
- VIII - os receptores dos resíduos.

§ 2º São solidariamente responsáveis as pessoas referidas no § 1º, pela infração às obrigações decorrentes da presente Lei, independente de comprovação de culpa.

§ 3º A contratação de construtor ou empresa construtora, de empresas e/ou pessoas que prestem serviços de coleta e/ou disposição de resíduos da construção civil, que não apresentem habilitação técnica válida e regular acarreta a responsabilização solidária de todos quanto da relação jurídica tenham participado, relativamente aos atos de gerenciamento de resíduos da obra ou reforma.

**Art. 93º.** Os geradores de resíduos de construção civil e resíduos volumosos deverão ser fiscalizados e responsabilizados solidariamente pelo uso correto das áreas e equipamentos disponibilizados para a captação disciplinada dos resíduos gerados, desde a sua produção até a sua correta remoção, transporte e destinação, reguladas na forma desta Lei.

§ 1º Aos geradores fica vedada a mistura e disposição, na mesma caçamba metálica estacionária, de resíduos de construção civil de diferentes classes.

§ 2º Os geradores ficam proibidos da utilização de chapas, placas e outros dispositivos suplementares que promovam a elevação da capacidade volumétrica de caçambas metálicas estacionárias, devendo estas serem utilizadas apenas até o seu nível superior original.

§ 3º Os geradores poderão transportar seus próprios resíduos e, quando usuários de serviços de transporte, ficam obrigados a utilizar exclusivamente os serviços de remoção de transportadores licenciados pelo Poder Público Municipal.

**Art. 94º.** Os transportadores de resíduos de construção civil e resíduos volumosos,  
Rua Prudente de Moraes, 93 Centro – Santa Branca – SP – CEP: 12380-000



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

reconhecidos como ação privada de coleta regulamentada, submetida às diretrizes e à ação gestora do Poder Público Municipal, deverão ser cadastrados pelo Poder Público Municipal, conforme regulamentação específica.

Parágrafo único. Os transportadores ficam obrigados:

**I** - a utilizar dispositivos de cobertura de carga em caçambas metálicas estacionárias ou outros equipamentos de coleta, durante o transporte dos resíduos;

**II** - a manter as caçambas metálicas devidamente pintadas, com adesivos refletivos e identificadas;

**III** - a providenciar e fazer uso do manifesto de transporte de resíduos da construção civil.

### Seção III

#### Dos Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil

**Art. 95º.** Os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil serão elaborados e implementados pelos grandes geradores e terão como objetivo estabelecer os procedimentos necessários para o manejo e destinação ambientalmente adequados dos resíduos.

§ 1º Os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, de empreendimentos e atividades não enquadrados na legislação como objeto de licenciamento ambiental, deverão ser apresentados juntamente com o projeto do empreendimento para análise pelo órgão competente do Poder Público Municipal, em conformidade com o plano municipal de saneamento básico quanto ao componente da gestão de resíduos da construção civil.

§ 2º Os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil de empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental deverão ser analisados dentro do processo de licenciamento, junto aos órgãos ambientais competentes.

**Art. 96º.** Os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil deverão contemplar as seguintes etapas:

**I** - caracterização: nesta etapa o gerador deverá identificar e quantificar os resíduos;

**II** - triagem: deverá ser realizada, preferencialmente, pelo gerador na origem, ou ser realizada nas áreas de destinação licenciadas para essa finalidade, respeitadas as classes de resíduos estabelecidas nas normas do SISNAMA;

**III** - acondicionamento: o gerador deve garantir o confinamento dos resíduos após a



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

geração até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos em que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem;

IV - transporte: deverá ser realizado em conformidade com as etapas anteriores e de acordo com as normas técnicas vigentes para o transporte de resíduos;

V - destinação: deverá ser prevista de acordo com o estabelecido na presente Lei e demais normas do SISNAMA.

### Seção IV

#### Da Destinação Final dos Resíduos da Construção Civil e dos Resíduos Volumosos

Art. 97º. Os resíduos da construção civil e os resíduos volumosos, após triagem, deverão ser destinados conforme classificação definida em normas do SISNAMA, observando os seguintes critérios:

I - Classe "A": deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos classe "A" de reservação de material para usos futuros;

II - Classe "B": deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, preferencialmente nas empresas/cooperativas de reciclagem, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

III - Classe "C": deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

IV - Classe "D": deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

V - resíduos da construção civil de natureza mineral, designados como Classe "A" pela legislação específica, deverão ser prioritariamente reutilizados ou reciclados, sendo, se inviáveis estas operações, conduzidos a Aterros de Resíduos da Construção Civil, para reservação ou conformação geométrica em áreas licenciadas.

Parágrafo único. Deverão ser incentivados os processos de reciclagem dos resíduos da construção civil e de grandes volumes para sua posterior inserção no processo industrial.

### Seção V

#### Da Coordenação e Fiscalização



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

**Art. 98º.** Caberá aos órgãos de fiscalização do Poder Público Municipal, no âmbito da sua competência, o cumprimento das normas estabelecidas nesta Lei e aplicação de sanções por eventual inobservância.

**Art. 99º.** No cumprimento da fiscalização, os órgãos do Poder Público Municipal deverão:

**I** - inspecionar e orientar os geradores e transportadores de entulho quanto às normas desta Lei;

**II** - vistoriar, os equipamentos, veículos cadastrados para o transporte, os recipientes acondicionadores de entulho e o material transportado;

**III** - fiscalizar a presença de transportadores irregulares descompromissados com os Planos e a utilização irregular das áreas de destinação e equipamentos de coleta;

**IV** - expedir notificações, autos de infração, de retenção e de apreensão.

### Seção VI

#### Das Infrações

**Art. 100º.** Consideram-se as seguintes infrações, sem prejuízo das demais contidas na presente Lei:

**I** - recepção de resíduos de transportadores sem licença ou com licença desatualizada;

**II** - recepção de resíduos não autorizados;

**III** - aceitação de resíduos provenientes de outros municípios oriundos de operação intermediária sem convênio ou consórcio, ou sem autorização do órgão ambiental competente;

**IV** - deposição de resíduos proibidos em caçambas metálicas estacionárias;

**V** - desrespeito ao limite de volume de caçamba estacionária;

**VI** - ausência de cadastro do transportador de resíduos de construção civil e de resíduos volumosos perante o Poder Público Municipal.

### CAPÍTULO XI

#### DOS RESÍDUOS ESPECIAIS PÓS-CONSUMO

#### Seção I

##### Das Disposições Preliminares

Rua Prudente de Moraes, 93 Centro – Santa Branca – SP – CEP: 12380-000



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

**Art. 101º.** Para efeitos desta Lei consideram-se resíduos especiais pós-consumo:

**I** - as embalagens não-retornáveis;

**II** - os pneus;

**III** - os óleos lubrificantes e assemelhados;

**IV** - os resíduos tecnológicos assim considerados:

**a)** os aparelhos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e seus componentes;

**b)** os provenientes da indústria de informática;

**c)** os veículos automotores;

**d)** as baterias, pilhas e outros acumuladores de energia, bem como os produtos que contenham pilhas e baterias integradas à sua estrutura de forma não removível;

**e)** as lâmpadas fluorescentes, de vapor de mercúrio e de sódio e luz mista;

**f)** produtos magnetizados.

**V** - os óleos vegetais;

**VI** - os resíduos de tintas, vernizes e solventes.

Parágrafo único. A relação de produtos contida neste artigo poderá ser alterada, a critério do órgão de controle ambiental, que fixará prazo aos responsáveis para a adequação do gerenciamento dos resíduos às disposições desta Lei.

**Art. 102º.** O Poder Público, os fabricantes, os importadores, os distribuidores, os comerciantes, os consumidores de produtos e embalagens que geram resíduos classificados como especiais pós-consumo de que trata esta Lei, são responsáveis por seu recolhimento, descontaminação, quando necessária e pela sua disposição final adequada, nos casos e de acordo com as normas e cronogramas estabelecidos pela legislação pertinente e normas do SISNAMA.

§ 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo os fabricantes, os importadores, os distribuidores e comerciantes de produtos e embalagens que geram resíduos classificados como especiais pós-consumo deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, devendo:

**I** - implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;

**II** - criar centros de recepção para a coleta do resíduo reutilizável ou reciclável, devidamente sinalizado e divulgado, ficando obrigados a receber os produtos e embalagens;

**III** - estabelecer formas de recepção, acondicionamento, transporte, armazenamento, reciclagem, tratamento e disposição final destes produtos, visando garantir a proteção da saúde



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

pública e a qualidade ambiental;

**IV** - promover campanhas educativas e de conscientização pública sobre as práticas de prevenção à poluição e os impactos ambientais negativos causados pela disposição inadequada de resíduos, bem como os benefícios da devolução dos mesmos para reciclagem e disposição final adequada destes resíduos;

**V** - atuar preferencialmente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis ou contratar serviços de coleta e disposição final ambientalmente adequada.

§ 2º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos do caput e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa.

§ 3º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma do § 1º e do § 2º.

§ 4º Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente do SISNAMA e pelo plano municipal de saneamento básico quanto ao componente de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos, sendo vedado o seu depósito em aterro sanitário.

### Seção II

#### Dos Produtos Tecnológicos

**Art. 103º.** Os fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes dos produtos tecnológicos de que trata esta Lei, a critério do órgão de controle ambiental, deverão elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais.

**Art. 104º.** A destruição térmica das lâmpadas, pilhas, baterias e assemelhados e de produtos que as contenham integradas a sua estrutura de forma não-removível, somente será permitida como o emprego de equipamentos e processos utilizados para tratamento de resíduos perigosos, obedecidos os requisitos estabelecidos pelo órgão de controle ambiental.

**Art. 105º.** A destinação final dos produtos tecnológicos, sem prejuízo do disposto no § 1º, do art. 115, dar-se-á mediante:

**I** - processos de reciclagem e aproveitamento do produto ou componentes para a



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

finalidade original ou diversa;

II - práticas de reutilização total ou parcial de produtos e componentes tecnológicos;

III - neutralização e disposição final apropriada dos componentes tecnológicos equiparados a lixo químico.

§ 1º A destinação final de que trata o caput deverá ocorrer em consonância com a legislação ambiental e as normas de saúde e segurança pública, respeitando-se as vedações e restrições estabelecidas pelos órgãos públicos competentes.

§ 2º No caso de componentes e equipamentos eletroeletrônicos que contenham metais ou substâncias tóxicas, a destinação final deverá ser realizada mediante a obtenção de licença ambiental expedida pelo órgão ambiental municipal, que poderá exigir a realização de estudos de impacto ambiental para a autorização.

### Seção III

#### Dos Pneus

**Art. 106º.** Os estabelecimentos comerciais do município, compreendidos por distribuidores, revendedores de pneus novos, usados e recauchutados, borracharias, prestadores de serviços e demais segmentos que manuseiam pneus inservíveis ficam obrigados a possuir locais seguros para recolhimento dos referidos produtos, atendendo as normas técnicas e a legislação em vigor no País.

Parágrafo único. Aplicam-se aos pneumáticos os conceitos e demais normas elaboradas pelos órgãos do SISNAMA.

**Art. 107º.** O armazenamento temporário de pneus deve garantir as condições necessárias à prevenção dos danos ambientais e de saúde pública.

**Art. 108º.** É vedado(a):

**I** - o armazenamento de pneus a céu aberto;

**II** - a destinação final de pneus usados que ainda se prestam para processos de reforma, segundo normas técnicas em vigor;

**III** - a disposição final de pneus no meio ambiente, tais como o abandono ou lançamento em corpos de água, terrenos baldios ou alagadiços, a disposição em aterros sanitários e a queima a céu aberto.

**Art. 109º.** A utilização de pneus inservíveis como combustível em processos



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

industriais só poderá ser efetuada caso exista norma específica para sua utilização.

**Art. 110°.** Com o objetivo de aprimorar o processo de coleta e destinação final adequada dos pneus inservíveis no município, os estabelecimentos comerciais que atuem com pneumáticos devem:

**I** - afixar placas alertando os consumidores sobre o perigo do descarte de tais produtos em locais inadequados e colocar pontos a receber o produto usado no estabelecimento;

**II** - divulgar amplamente a localização dos pontos de coleta e das centrais de armazenamento de pneus inservíveis;

**III** - incentivar os consumidores a entregarem os pneus usados nos pontos de coleta e nas centrais de armazenamento ou pontos de comercialização;

**IV** - promover estudos e pesquisas para o desenvolvimento das técnicas de reutilização e reciclagem, bem como da cadeia de coleta e destinação adequada e segura de pneus inservíveis;

**V** - desenvolver ações para a articulação dos diferentes agentes da cadeia de coleta e destinação adequada e segura de pneus inservíveis.

§ 1º As placas que se refere o inciso I deverão ser afixadas em local visível com os seguintes dizeres: "Os pneus depois de utilizados podem se transformar em focos de mosquitos transmissores de doenças como dengue, malária ou febre amarela. Caso jogados em rios ou córregos, provocam enchentes; se queimados a céu aberto, liberam enxofre. Cuide do meio ambiente e da saúde de todos. Sujeito à multa".

§ 2º Os locais de armazenamento de resíduos de pneus deverão:

**I** - ser compatíveis com o volume e a segurança do material a ser armazenado;

**II** - ser cobertos e fechados de maneira a impedir a acumulação de água.

§ 3º Os pneus inservíveis deverão ser armazenados no estabelecimento de maneira ordenada e classificados de acordo com suas dimensões.

**Art. 111°.** Todos os estabelecimentos que atuem com pneus, geradores e seus congêneres, compreendidos os revendedores, reformadores, de recauchutagem e transformadores, ficam obrigados a comprovar, anualmente, a destinação final do passivo gerado ou adquirido.

Parágrafo único. A comprovação da destinação deverá ser feita perante o órgão de controle ambiental competente.

**Art. 112°.** O Poder Executivo Municipal incentivará a implantação de unidades de recolhimento e reciclagem de pneus inservíveis, bem como a utilização alternativa de maneira ambientalmente correta dos referidos pneus.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

**Art. 113º.** O Poder Executivo Municipal realizará campanha esclarecendo sobre os riscos que os pneus inservíveis representam ao meio ambiente e à população, orientando sobre a destinação ambientalmente correta de tais produtos.

### **Seção IV**

#### **Das Pilhas e Baterias**

**Art. 114º.** Os estabelecimentos que comercializam pilhas e baterias, bem como a rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes, importadores e distribuidores desses produtos, deverão receber dos usuários as pilhas e baterias usadas, respeitando o mesmo princípio ativo, sendo facultativa a recepção de outras marcas, para repasse aos respectivos fabricantes ou importadores.

§ 1º Os estabelecimentos comerciais referidos no caput deverão instalar recipientes de coleta de pilhas e baterias em locais visíveis e de fácil acesso, além de efetuar a sua manutenção e recolhimento dos produtos neles armazenados, de forma organizada e supervisionada pelo Poder Público.

§ 2º Para o cumprimento do § 1º, os estabelecimentos comerciais referidos no caput deverão comprovar a destinação e a gestão desses resíduos, junto ao órgão ambiental municipal.

**Art. 115º.** As pilhas e baterias, nacionais e importadas, usadas ou inservíveis, recebidas pelos estabelecimentos comerciais ou em rede de assistência técnica autorizada ou nos pontos de coleta, deverão ser, em sua totalidade, encaminhadas para destinação ambientalmente adequada, de responsabilidade do comerciante, fabricante ou importador.

Parágrafo único. O órgão competente do SISNAMA estabelecerá a forma de controle do recebimento e da destinação final.

**Art. 116º.** Não serão permitidas formas inadequadas de disposição ou destinação final de pilhas e baterias usadas, de quaisquer tipos ou características, tais como:

**I** - lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

**II** - queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

**III** - lançamento em corpos d'água, banhados, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

### Seção V

#### Dos Resíduos de Combustíveis, Óleos, Minerais e Congêneres

**Art. 117º.** Todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser destinado à reciclagem, de modo a não afetar negativamente o meio ambiente e na forma das normas contidas no SISNAMA.

**Art. 118º.** São estabelecimentos de comércio varejista de combustíveis:

**I** - postos de abastecimentos: destinam-se à venda, no varejo, de combustíveis e óleos lubrificantes automotivos;

**II** - postos de serviços: além de exercer as atividades dos postos de abastecimento, oferecem serviços de lavagem, troca de óleo e lubrificação de veículos;

**III** - postos-garagem: além de exercer as atividades dos postos de serviço, possuem áreas cobertas ou descobertas, destinadas ao abrigo e guarda de veículos por tempo indeterminado.

**Art. 119º.** As obrigações dos produtores, dos geradores, receptores, coletores e rerrefinadores de óleos usados são as estabelecidas pelas normas do SISNAMA.

**Art. 120º.** Ficam proibidos(as):

**I** - quaisquer descartes de óleo usados em solos, águas superficiais, subterrâneas, no mar territorial e em sistemas de esgoto ou evacuação de águas residuais;

**II** - qualquer forma de eliminação de óleos usados que provoque contaminação atmosférica superior ao nível estabelecido na legislação sobre proteção do ar atmosférico;

**III** - a industrialização e comercialização de novos óleos lubrificantes não recicláveis, nacionais ou importados, salvaguardados os casos excepcionais aprovados pelo IBAMA;

**IV** - a disposição dos resíduos derivados no tratamento de óleo lubrificante usado ou contaminado no meio ambiente.

**Art. 121º.** Somente poderão efetuar venda e de óleos lubrificantes os estabelecimentos que possuírem local apropriado para a troca e armazenagem do óleo utilizado ou estiverem conveniados a outro estabelecimento que atenda essa condição, observada a legislação nacional e as demais normas do SISNAMA.

Parágrafo único. Incluem-se na obrigatoriedade desse artigo as oficinas mecânicas, postos de combustíveis, concessionárias e revendedoras de veículos e congêneres, que realizem



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

os serviços mencionados.

**Art. 122º.** As unidades de armazenamento do óleo lubrificante usados devem ser construídas e mantidas de forma a evitar infiltrações, vazamentos e ataque pelo seu conteúdo e riscos associados, e quanto às condições de segurança no seu manuseio, carregamento e descarregamento, de acordo com as normas vigentes.

**Art. 123º.** As embalagens destinadas ao armazenamento e transporte do óleo lubrificante usados devem ser construídas de forma a atender aos padrões estipulados pelas normas vigentes.

**Art. 124º.** Os boxes de lubrificação e lavação de veículos deverão possuir caixas de retenção de resíduos de areia, óleo e graxa, pelas quais deverão passar as águas servidas antes de serem lançadas na rede pública, conforme diretrizes e padrões de qualidade estabelecidas pela legislação pertinente.

**Art. 125º.** Para todos os postos de combustíveis será obrigatória a instalação de pelo menos 2 (dois) poços de monitoramento da qualidade de água do lençol freático.

### Seção VI

#### Dos Resíduos de Óleo Vegetal

**Art. 126º.** Os estabelecimentos públicos e privados, inclusive residências e condomínios, deverão armazenar o óleo vegetal utilizado em recipientes adequados e encaminhá-lo para empresas de reciclagem ou ao prestador do serviço de coleta seletiva de lixo.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal deverá manter cadastro com relação das empresas autorizadas pelos órgãos de meio ambiente, especializadas na reciclagem de óleo vegetal, devendo também dar publicidade desse cadastro no âmbito municipal.

**Art. 127º.** Fica proibido o lançamento do óleo vegetal em pias, corpos d'água, terrenos baldios, poços, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais e de esgotos.

### Seção VII

#### Dos Resíduos de Tintas, Vernizes e Solventes

**Art. 128º.** As empresas que industrializam tintas, vernizes e solventes, de uso domiciliar ou industrial, ficam obrigados a aceitar os recipientes com as sobras desses materiais,  
Rua Prudente de Moraes, 93 Centro – Santa Branca – SP – CEP: 12380-000



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

para reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou dar destinação final adequada, tendo como prioridade a preservação do meio ambiente, de acordo com as normas vigentes.

**Art. 129º.** Fica proibido(a):

**I** - o descarte dos produtos em bueiros, pias e tanques, bem como a lavagem da lata ou recipiente, a fim de evitar a contaminação dos cursos d'água, da rede fluvial ou do lençol freático;

**II** - a reutilização das latas e embalagens antes de sua descontaminação pela indústria competente;

**III** - o descarte das latas e embalagens junto à coleta municipal de lixo comum, bem como o recolhimento desse tipo de material pelo prestador de serviço de coleta.

Parágrafo único. O descarte das latas poderá ser feito como sucata metálica desde que a tinta, verniz ou solvente que ainda tenha sobrado no recipiente esteja polimerizada (seca) e destinada à coleta seletiva de lixo.

**Art. 130º.** Para a consecução do disposto nesta Lei, ficam as empresas que comercializam esse produto obrigadas a receber os recipientes de qualquer natureza, que contenham tinta, vernizes e solventes das marcas que comercializam e que lhes forem entregues pela população usuária, para o seu posterior recolhimento pelas empresas que os industrializem, importem ou distribuam.

Parágrafo único. Os comerciantes e fabricantes ficam obrigados a manter regularidade no recolhimento dos recipientes de que trata este artigo, sendo responsáveis por denunciar ao Poder Público Municipal o descumprimento desta Lei.

## CAPÍTULO XII

### DO TRANSPORTE DE EFLUENTES ADVINDOS DE LIMPA FOSSA

**Art. 131º.** Os proprietários de caminhões de limpa-fossa deverão requerer o cadastramento e licenciamento para o exercício da atividade no município junto ao órgão municipal de meio ambiente, mediante a vistoria por técnico designado.

**Art. 132º.** Os responsáveis pelo transporte desses efluentes deverão ter sua própria estação de tratamento ou manter contrato com empresa ou instituição que o faça, devendo encaminhar cópia desse contrato ou recibo ao órgão municipal competente.

**Art. 133º.** A empresa que possuir estação de tratamento de efluentes advindos de limpa-fossas deverá possuir licença ambiental.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

### TÍTULO IV

#### DOS MÉTODOS DE TRATAMENTO E DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS QUANTO À DISPOSIÇÃO FINAL

**Art. 134º.** O solo e o subsolo somente poderão ser utilizados para armazenamento, acumulação ou disposição final de resíduos sólidos de qualquer natureza desde que sua disposição seja feita de forma tecnicamente adequada, definida em projetos específicos, obedecidas as condições e critérios estabelecidos por ocasião do licenciamento pelo órgão de controle ambiental.

§ 1º As unidades receptoras de resíduos deverão realizar, no momento do seu recebimento, controle das quantidades e características dos mesmos, de acordo com a sistemática aprovada pelo órgão de controle ambiental.

**Art. 135º.** Os geradores e/ou responsáveis pelo gerenciamento de resíduos arcarão com os custos relativos a todas as suas etapas, incluídas as análises técnicas requeridas pelas autoridades competentes.

**Art. 136º.** O órgão ambiental competente poderá exigir das empresas geradoras e receptoras de resíduos a contratação de seguro ambiental, quando disponível e na forma estabelecida pelo órgão ambiental, visando a garantir a recuperação das áreas degradadas em função de suas atividades, por acidentes, ou pela disposição inadequada de resíduos.

### CAPÍTULO II

#### DA INCINERAÇÃO E DO COPROCESSAMENTO DE RESÍDUOS

**Art. 137º.** O emprego ou a implantação de processos térmicos de tratamento de resíduos sólidos, seja qual for a fonte geradora, depende do prévio licenciamento do órgão de controle ambiental.

§ 1º Qualquer que seja o porte do incinerador ou a natureza do resíduo a ser incinerado, será obrigatória a adoção de mecanismos e processos de controle e monitoramento de emissões gasosas, efluentes líquidos e resíduos sólidos da incineração.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

§ 2º O empreendedor deverá fazer o automonitoramento e propiciar todas as condições necessárias à avaliação do processo térmico pelo órgão de controle ambiental.

**Art. 138º.** Fica vedada a queima de resíduos a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não licenciados para essa finalidade.

Parágrafo único. Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto poderá ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do SISNAMA, do SNVS e, quando couber, do SUASA.

**Art. 139º.** O coprocessamento de resíduos deverá obedecer aos preceitos estabelecidos na legislação nacional e regulamentação da autoridade competente.

### CAPÍTULO III

### DOS ATERROS

**Art. 140º.** Os resíduos, devidamente classificados quanto à natureza, somente poderão ser encaminhados para um aterro de classificação correspondente.

**Art. 141º.** Os aterros devem estar localizados e ser concebidos de maneira a evitar a poluição do solo, do ar, das águas subterrâneas e das águas superficiais, proporcionando, em tempo útil e nas condições necessárias, a retirada eficaz dos percolados, devendo a proteção do solo, das águas subterrâneas e das águas superficiais ser assegurada mediante o cumprimento das normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA.

§ 1º É obrigatória a avaliação das condições do solo, das águas subterrâneas e superficiais, de acordo com as normas e periodicidade estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA.

§ 2º Sempre que tecnológica e economicamente viável, os gases de aterro deverão ser utilizados.

**Art. 142º.** São proibidas nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos as seguintes atividades:

- I - utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;
- II - catação, salvo para eliminação ou recuperação de lixões;
- III - criação de animais domésticos;
- IV - fixação de habitações temporárias ou permanentes;
- V - outras atividades vedadas pelo Poder Público.

**Art. 143º.** Um aterro somente poderá ser considerado encerrado depois do órgão de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

controle ambiental ter realizado uma inspeção final no local, analisado todos os relatórios apresentados pelo operador e comunicado formalmente ao operador que aprovará o encerramento.

Parágrafo único. Esta disposição não exclui ou ameniza a responsabilidade do operador quanto aos danos ambientais que venham a ser causados pelos resíduos depositados no aterro.

**Art. 144º.** Após o encerramento da operação de um aterro, o respectivo operador permanecerá responsável por sua conservação, acompanhamento e controle de sua manutenção, bem como pelo seu monitoramento ambiental.

Parágrafo único. O operador deverá notificar ao órgão de controle ambiental sobre quaisquer efeitos negativos significativos sobre o ambiente ou fatos relevantes, revelados pelas operações de controle e monitoramento e submeterá à decisão do mesmo à natureza das medidas corretivas a serem tomadas e respectivo cronograma.

**Art. 145º.** Ficam proibidas a implantação e a operação de aterros em áreas de mananciais e em áreas de preservação permanente.

Art. 146º. Não serão considerados lançamentos em corpos hídricos quando as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do SISNAMA, assegurar a devida impermeabilização do solo.

### CAPÍTULO IV

#### DA RECICLAGEM

**Art. 147º.** A reciclagem de resíduos deve ser adotada quando ocorrem simultaneamente as seguintes hipóteses:

**I** - ser considerada economicamente viável e quando exista um mercado, ou este possa ser criado, para as substâncias produzidas e os custos que isso requer não sejam desproporcionais, em comparação com os custos do tratamento e da disposição final requeridos;

**II** - seja considerada tecnicamente possível mesmo que requeira pré-tratamento do resíduo;

**III** - seja considerada ambientalmente conveniente.

§ 1º A reciclagem deve ocorrer de forma apropriada e segura, de acordo com a natureza dos resíduos, e de forma a não ferir os interesses públicos, nem aumentar a concentração de poluentes.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

§ 2º Deverá ser priorizada, tanto na coleta seletiva como na reciclagem, a participação de organizações sociais de catadores de materiais recicláveis no planejamento e na operacionalização das atividades.

§ 3º Deverá ser viabilizado, social e economicamente, o financiamento das atividades de coleta seletiva exercida pelos catadores de materiais recicláveis.

### CAPÍTULO V

#### DAS UNIDADES DE COMPOSTAGEM

**Art. 148º.** As unidades de compostagem deverão atender às normas nacionais, tanto no que se refere às instalações físicas do empreendimento, processo e condições de operação, como quanto à qualidade do composto orgânico produzido.

### TÍTULO V

#### DAS PENALIDADES

**Art. 149º.** Constitui infração, para os efeitos desta Lei, toda ação ou omissão que importe na inobservância de preceitos por ela estabelecidos ou na desobediência às determinações de caráter normativo dos órgãos das autoridades administrativas competentes.

**Art. 150º.** As infrações às disposições desta Lei, de seu regulamento, bem como das normas, padrões e exigências técnicas serão, a critério da autoridade competente, classificadas em leves, graves e gravíssimas, levando-se em conta:

- I - a intensidade do dano, efetivo ou potencial;
- II - as circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- III - os antecedentes do infrator;
- IV - a capacidade econômica do infrator.

§ 1º Classificam-se em:

- I - leves: aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;
- II - graves: aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;
- III - gravíssimas: aquelas em que for constatada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

§ 2º São circunstâncias atenuantes:  
Rua Prudente de Moraes, 93 Centro – Santa Branca – SP – CEP: 12380-000



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;

II - a errada compreensão da norma, admitida como escusável, quando patente a incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do fato;

III - a imediata e espontânea ação do infrator no sentido de procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe for imputado;

IV - ter o infrator sofrido coação, a que não podia resistir, para a prática do ato;

V - ser o infrator primário e a falta cometida revestir-se de natureza leve.

§ 3º São circunstâncias agravantes:

I - ser o infrator reincidente;

II - ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária;

III - o infrator coagir outrem para a execução material da infração;

IV - ter a infração consequências calamitosas à saúde pública;

V - se, tendo conhecimento do ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo;

VI - ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má-fé;

VII - impedir ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público Municipal.

§ 4º As penalidades serão aplicadas conforme a sua natureza e gravidade, de forma gradativa e proporcional, podendo a multa ser aplicada após o decurso do prazo fixado na notificação de advertência, no caso de a irregularidade constatada pela fiscalização não for sanada.

§ 5º Responderá pela infração quem por qualquer modo a cometer, concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

§ 6º Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades ambientais competentes, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 7º A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade.

§ 8º As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta Lei e subsidiariamente às disposições contidas na Lei Federal n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

**Art. 151º.** As infrações de que trata o artigo anterior serão punidas com as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 1 a 200.000 vezes o valor da Unidade Padrão Municipal (UPM);

Rua Prudente de Moraes, 93 Centro – Santa Branca – SP – CEP: 12380-000



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

III - interdição, temporária ou definitiva, total ou parcial;

IV - suspensão de benefícios fiscais ou administrativos;

V - apreensão ou recolhimento, temporário ou definitivo;

VI - cassação de alvará de licenciamento do estabelecimento.

§ 1º Ocorrendo a extinção da UPM, adotar-se-á, para os efeitos desta Lei, o mesmo índice que a substituir.

§ 2º O valor das multas será revertido ao Fundo Municipal de Saneamento Básico, para aplicação em programas, projetos e ações de educação ambiental, mediante conta específica.

§ 3º Nos casos de reincidência, caracterizado pelo cometimento de nova infração da mesma natureza e gravidade, a multa corresponderá ao dobro da anteriormente imposta, cumulativamente.

§ 4º Nos casos de infração continuada, a critério da autoridade competente, poderá ser imposta multa diária de 1 a 5.000 vezes o valor da UPM, proporcionalmente ao valor lançado no auto de infração respectivo.

§ 5º As penalidades contidas nos incisos III, V ou VI, do caput:

I - serão impostas nos casos de perigo à saúde pública, podendo, também ser aplicada, a critério da autoridade competente, nos casos de infração continuada e a partir da terceira reincidência;

II - poderão ser impostas cumulativamente com as previstas nos incisos I e II, do mesmo artigo.

§ 6º Quando aplicada a pena de multa, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, recolhendo-a a repartição fazendária competente, sob pena de cobrança judicial.

§ 7º A apreensão ou recolhimento de equipamentos dar-se-á após a segunda reincidência de uma interdição ou apreensão de equipamento, no transcorrer de um mesmo ano, lavrando-se o termo próprio.

§ 8º Os equipamentos apreendidos serão recolhidos e devidamente guardados pelo Poder Público Municipal, às custas do infrator.

§ 9º Tendo sido sanada a irregularidade objeto de notificação, o infrator poderá requerer a liberação dos equipamentos apreendidos desde que apurados e recolhidos os valores referentes às custas de apreensão, remoção e guarda dos mesmos, bem como após quitado integralmente o auto de infração.

**Art. 152º.** As multas poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, nos  
Rua Prudente de Moraes, 93 Centro – Santa Branca – SP – CEP: 12380-000



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

termos e condições aceitas e aprovadas pelas autoridades competentes, se obrigar a adoção de medidas específicas para fazer cessar e corrigir a degradação ambiental.

§ 1º Cumpridas todas as obrigações assumidas pelo infrator, a multa poderá ter redução de até 50% (cinquenta por cento) de seu valor.

§ 2º O infrator não poderá beneficiar-se da redução da multa prevista neste artigo se deixar de cumprir, parcial ou totalmente, qualquer das medidas especificadas nos prazos estabelecidos e nos casos de reincidência.

**Art. 153º.** Independentemente da aplicação das penalidades previstas nessa Lei e da existência de culpa, a quitação da multa, pelo infrator, não o exime do cumprimento de outras obrigações legais, bem como obriga-o a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

**Art. 154º.** Os autos de infração serão julgados, em primeira instância, pela autoridade administrativa competente do órgão responsável pela fiscalização das normas da presente Lei e, em segunda instância, pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente.

### TÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 155º.** O Poder Executivo Municipal exercerá a fiscalização do cumprimento das disposições desta Lei, aplicando, sempre que necessário, as penalidades cabíveis, através de sua estrutura própria de fiscalização ambiental, sanitária e de posturas, em colaboração com a fiscalização trabalhista e previdenciária.

**Art. 156º.** Os responsáveis por passivos ambientais existentes até a data da publicação desta Lei deverão incrementar ações que promovam a recuperação dos mesmos, com anuência do órgão de controle ambiental e nos prazos por ele estabelecidos.

**Art. 157º.** Ficam incorporadas a esta Lei as disposições federais, especialmente as normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), naquilo que não forem disciplinadas e complementadas pela legislação municipal, sendo o seu desatendimento considerado infração à legislação municipal.

**Art. 158º.** O Fundo Municipal de Saneamento Básico contará com conta específica para resíduos sólidos, o qual receberá aportes de recursos das multas decorrentes das infrações constantes na presente Lei, dentre outros, com a finalidade de manter programas permanentes de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

## GABINETE DO PREFEITO

capacitação dos gestores públicos e privados de resíduos sólidos, da sociedade organizada e dos usuários em geral.

**Art. 159º.** Esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Branca, em 11 de novembro de 2024.

  
**ADRIANO MARCHESANI LEVORIN**  
**Prefeito Municipal**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA**  
GABINETE DO PREFEITO

**ANEXO ÚNICO**

**PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS**



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

www.camarasantabranca.sp.gov.br

## Requerimento Nº 154/2024

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA.

Incluído na Ordem do Dia  
da sessão de...../...../.....

.....  
Presidente

**FRANCISCO DE ASSIS NUNES DA SILVA**, vereador infra-assinado, nos termos regimentais, **REQUER** que seja encaminhado ofício ao Sr. Prefeito, a fim de que informe se há previsão para execução de programa de castração de animais.

### Justificativa:

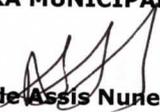
A execução de programas de castração de animais de rua pelo poder público é essencial por várias razões, principalmente voltadas à saúde pública, ao bem-estar animal e à qualidade de vida urbana:

A castração reduz a taxa de reprodução dos animais de rua, que se multiplicam rapidamente e, sem controle, aumentam significativamente a população de cães e gatos abandonados. Com menos nascimentos, o número de animais vivendo nas ruas diminui, o que ajuda a reduzir problemas associados, como acidentes de trânsito e abandono. Animais de rua não castrados aumentam a possibilidade de transmissão de zoonoses, que são doenças transmitidas entre animais e humanos, como raiva, leptospirose, e esporotricose. A castração associada à vacinação preventiva reduz esses riscos e diminui os custos de saúde pública com tratamentos. Animais de rua frequentemente enfrentam fome, doenças e maus-tratos. A castração impede que novos animais nasçam em condições de abandono e sofram essas dificuldades. Também evita comportamentos agressivos, brigas e ferimentos que muitos animais acabam sofrendo. Animais de rua geram custos para o poder público, que muitas vezes precisa arcar com cuidados veterinários emergenciais e abrigos. Um programa de castração contínuo é mais econômico a longo prazo do que lidar com a crescente população e os problemas associados a ela.

Programas de castração bem divulgados educam a população sobre a importância do controle responsável de animais. Isso promove uma maior conscientização sobre guarda responsável e combate ao abandono, melhorando a relação entre a comunidade e o poder público.

Portanto, a execução de programas de castração pelo poder público não apenas beneficia os animais, mas também a sociedade, proporcionando uma cidade mais segura, saudável e responsável.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA, 14 de Novembro de 2024.**

  
Francisco de Assis Nunes da Silva

  
João Batista de Almeida Junior

**VEREADORES**



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

[www.camarasantabranca.sp.gov.br](http://www.camarasantabranca.sp.gov.br)

## Requerimento N° 155/2024

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA.

Incluído na Ordem do Dia  
da sessão de...../...../.....

.....  
Presidente

Considerando ter recebido denúncia de que munícipes estão sendo transportados em ambulância para consultas e exames e,

Considerando que são transportados cerca de 7, 8 munícipes dentro da ambulância, sem segurança,

**JUAN JIMENEZ JURADO JUNIOR**, vereador infra-assinado, nos termos regimentais, **REQUER** que seja encaminhado ofício ao Sr. Prefeito, a fim de que informe se esta denúncia procede, e por qual motivo estão sendo transportados na ambulância.

Caso a denúncia proceda e haja falta de veículo para o transporte seguro e correto, o Poder Executivo pretende contratar empresa terceirizada para o transporte de pacientes ou qual outra providência irá adotar?

Justificativa:

O presente requerimento se faz necessário, para que este vereador exerça sua função constitucional de fiscalização, bem como preste as devidas informações aos munícipes.

**CAMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA, 14 de Novembro de 2024**

  
**Juan Jimenez Jurado Junior**  
**VEREADOR**



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

[www.camarasantabranca.sp.gov.br](http://www.camarasantabranca.sp.gov.br)

**Indicação Nº 455/2024**

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA.**

Deferido  
A Diretoria Geral para as  
devidas providências

Santa Branca \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara

**JOÃO BATISTA DE ALMEIDA JUNIOR, vereador infra-assinado, nos Termos Regimentais, INDICA, ao Senhor Prefeito, para que seja solicitado ao setor de Obras a capina e limpeza em todas as ruas do Bairro Jardim Albuquerque.**

**Justificativa:**

**Tal indicação se faz necessária, pois as ruas deste bairro encontram-se com muito mato e sujeira, porque já faz tempo que não é feita a limpeza desta ruas.**

**CAMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA, 18 de Novembro de 2024**

  
**João Batista de Almeida Junior**  
**VEREADOR**





# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

www.camarasantabranca.sp.gov.br

**Indicação Nº 456/2024**

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA.**

Deferido  
A Diretoria Geral para as  
devidas providências

Santa Branca \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara

**JOÃO BATISTA DE ALMEIDA JUNIOR, vereador infra-assinado, nos Termos Regimentais, INDICA, ao Senhor Prefeito, para que seja solicitado ao setor de Obras a manutenção e limpeza na rua Antônio Braga Filho (Bairro Cambuci).**

**Justificativa:**

**Tal indicação se faz necessária, pois esta rua está com vários bloquetes soltos e quebrados causando muito transtorno aos carros que transitam diariamente por esta rua causando muito transtorno e com a limpeza do mato que cresceu na rua e nas calçadas.**

**CAMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA, 18 de Novembro de 2024**

  
**João Batista de Almeida Junior**  
**VEREADOR**





# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

[www.camarasantabranca.sp.gov.br](http://www.camarasantabranca.sp.gov.br)

**Indicação Nº 457/2024**

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA.**

Deferido  
A Diretoria Geral para as  
devidas providências

Santa Branca \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara

**JOÃO BATISTA DE ALMEIDA JUNIOR, vereador infra-assinado, nos Termos Regimentais, INDICA, ao Senhor Prefeito, para que seja solicitado ao setor de Obras a capina e limpeza em toda a extensão da Avenida Benedito Eugênio Faustino de Oliveira.**

**Justificativa:**

**Tal indicação se faz necessária, pois o mato está invadindo a calçada e fazendo com que os pedestres tenham que desviar andando pela avenida, trazendo riscos grande de acidentes, por ser uma avenida que dá acesso a vários bairros, uma escola municipal e uma creche o risco se torna maior ainda pelo alto fluxo e de carros e caminhões que transitam diariamente pelo local.**

**CAMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA, 18 de Novembro de 2024**

  
**João Batista de Almeida Junior**  
**VEREADOR**





# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

www.camarasantabranca.sp.gov.br

**Indicação Nº 458/2024**

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA.**

Deferido  
A Diretoria Geral para as  
devidas providências

Santa Branca \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara

**JOÃO BATISTA DE ALMEIDA JUNIOR, vereador infra-assinado, nos Termos Regimentais, INDICA, ao Senhor Prefeito, para que seja solicitado ao setor de Obras a manutenção no calçamento da rua Francisco Paulo de Moraes (Santa Cecília), conforme foto em anexo.**

**Justificativa:**

**Tal indicação se faz necessária, pois esta rua encontra-se com muitos buracos devido as pedras que saíram devido as chuvas, e com isto vem causando muito transtorno e prejuízos aos moradores.**

**CAMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA, 18 de Novembro de 2024**

**João Batista de Almeida Junior**

**VEREADOR**







# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

www.camarasantabranca.sp.gov.br

**Indicação Nº 459/2024**

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA.**

Deferido  
A Diretoria Geral para as  
devidas providências  
Santa Branca \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara

**JOÃO BATISTA DE ALMEIDA JUNIOR, vereador infra-  
assinado, nos Termos Regimentais, INDICA, ao Senhor Prefeito, para que  
seja solicitado ao setor de Obras a capina e limpeza em toda a extensão da  
rua Guilhermina Hipólito Teixeira de Andrade (Bairro Angola), conforme  
fotos em anexo.**

**Justificativa:**

**Tal indicação se faz necessária, pois esta rua encontra-se com  
muito mato e sujeira, trazendo muito transtorno aos moradores, e  
ocasionando o aparecimento de animais peçonhentos nas residências.**

**CAMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA, 18 de Novembro de 2024**

**João Batista de Almeida Junior**  
**VEREADOR**

CÂMARA MUNICIPAL SANTA BRANCA - SP PROTOCOLO GERAL		
Nº. _____		
*	18 NOV 2024	*
_____ Funcionário		





# **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA**

[www.camarasantabranca.sp.gov.br](http://www.camarasantabranca.sp.gov.br)

**Indicação Nº 460/2024**

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA**

Deferido  
A Diretoria Geral para as  
devidas providências  
Santa Branca \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara

**KALISA DO JOTA, vereadora infra-assinada nos termos regimentais SOLICITA ao Sr. Prefeito, que seja feita a manutenção e capina na rua Eneas Chaves de Almeida, Parque São Jorge.**

**Justificativa:**

**Esta indicação, visa atender as reivindicações dos moradores, esta manutenção e capina já não é feita a muito tempo, trazendo muito transtorno aos moradores com o mato muito alto, com a falta de manutenção.**

**CAMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA, 18 de Novembro de 2024**

**Kalisa do Jota  
VEREADORA**





# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

[www.camarasantabranca.sp.gov.br](http://www.camarasantabranca.sp.gov.br)

**Indicação Nº 461/2024**

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA**

Deferido  
A Diretoria Geral para as  
devidas providências

Santa Branca \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara

**KALISA DO JOTA, vereadora infra-assinada nos termos regimentais SOLICITA ao Sr. Prefeito, que seja passada a Máquina Moto Niveladora (Patrol), na Avenida Benedito José de Sousa e na Avenida Joaquim Frederico Pereira (Bairro Angola de Cima), com roçada nas laterais das avenidas e colocação de cascalhos.**

**Justificativa:**

**Esta indicação, visa atender as reivindicações dos moradores, pois devido as chuvas estas avenidas estão, com vários pontos difíceis de transitar dificultando, muito para os moradores que necessitam destas vias para transitar diariamente ocasionando transtornos e até mesmo prejuízos com a manutenção dos veículos.**

**CAMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA, 18 de Novembro de 2024**

**Kalisa do Jota  
VEREADORA**





# **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA**

[www.camarasantabranca.sp.gov.br](http://www.camarasantabranca.sp.gov.br)

**Indicação Nº 462/2024**

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA**

Deferido  
A Diretoria Geral para as  
devidas providências  
Santa Branca \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara

**KALISA DO JOTA, vereadora infra-assinada nos termos regimentais SOLICITA ao Sr. Prefeito, que seja feita a manutenção no calçamento da rua São José dos Campos (São Sebastião).**

**Justificativa:**

**Esta indicação, visa atender as reivindicações dos moradores, pois esta rua encontra-se com vários bloquetes quebrados causando vários buracos, e com isto vem trazendo muitos transtornos aos moradores que transitam diariamente pelo local.**

**CAMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA, 18 de Novembro de 2024**

**Kalisa do Jota**  
**VEREADORA**





# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA

[www.camarasantabranca.sp.gov.br](http://www.camarasantabranca.sp.gov.br)

## Indicação Nº 463/2024

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA.**

Deferido  
A Diretoria Geral para as  
devidas providências  
Santa Branca \_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara

**KALISA DO JOTA, vereadora infra-assinada, nos termos regimentais, INDICA ao Sr. Prefeito, a realização da manutenção da rua e a construção de um bueiro no local para o escoamento da água, localizado na rua Capitão Constâncio Santana (Centro), conforme fotos em anexo.**

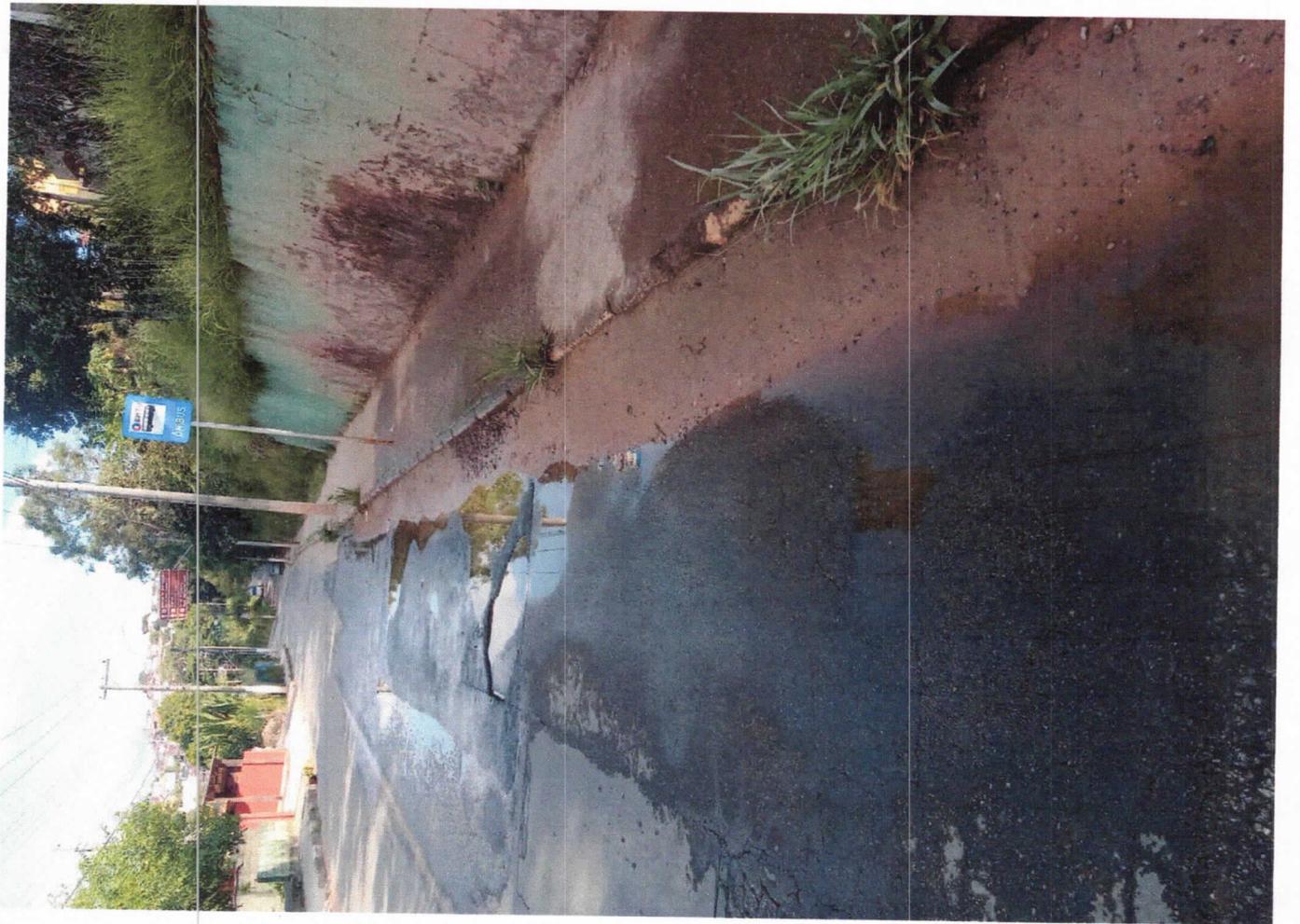
### Justificativa:

**Tendo em vista a atual situação da rua, neste local a água fica acumulada frequentemente causando o aparecimento de buracos trazendo transtorno aos motoristas, e além disto foi colocado um ponto de Ônibus bem em frente ao local em que a água fica acumulada ficando muito difícil de esperar o ônibus neste local.**

**CAMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA, 18 de Novembro de 2024**

**Kalisa do Jota  
VEREADORA**







# **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA**

*www.camarasantabranca.sp.gov.br*

**Indicação Nº 464/2024**

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA.**

Deferido  
A Diretoria Geral para as  
devidas providências

Santa Branca \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara

**Kalisa do Jota, vereadora infra-assinada, nos termos regimentais, INDICA ao Sr. Prefeito, a realização da manutenção das Ruas no Bairro Costão, incluindo a passagem da máquina para assentar e cascalhar o referido endereço.**

**Justificativa:**

**Tendo em vista a atual situação das ruas, é urgente a realização da manutenção, visando o bem-estar dos moradores.**

**CAMARA MUNICIPAL DE SANTA BRANCA, 18 de Novembro de 2024**

**Kalisa do Jota**  
**VEREADORA**

